

DIÁRIO DA ASSEMBLEIA

ANO LXIII

FLORIANÓPOLIS, 19 DE MARÇO DE 2014

NÚMERO 6.666

MESA

Romildo Titon
PRESIDENTE

Joares Ponticelli
1º VICE-PRESIDENTE

Pe. Pedro Baldissera
2º VICE-PRESIDENTE

Kennedy Nunes
1º SECRETÁRIO

Nilson Gonçalves
2º SECRETÁRIO

Manoel Mota
3º SECRETÁRIO

Jailson Lima
4º SECRETÁRIO

LIDERANÇA DO GOVERNO
Aldo Schneider

PARTIDOS POLÍTICOS
(Lideranças)

PARTIDO PROGRESSISTA
Líder: Valmir Comin

**PARTIDO DO MOVIMENTO
DEMOCRÁTICO BRASILEIRO**
Líder: Moacir Sopelsa

PARTIDO SOCIAL DEMOCRÁTICO
Líder: Darci de Matos

PARTIDO DOS TRABALHADORES
Líder: Neodi Saretta

**PARTIDO DA SOCIAL
DEMOCRACIA BRASILEIRA**
Líder: Dóia Guglielmi

DEMOCRATAS
Líder: Narcizo Parisotto

PARTIDO COMUNISTA DO BRASIL
Líder: Angela Albino

PARTIDO POPULAR SOCIALISTA
Líder:

**PARTIDO SOCIALISMO E
LIBERDADE**
Líder: Sargento Amauri Soares

COMISSÕES PERMANENTES

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

Marcos Vieira - Presidente
Silvio Dreveck - Vice-Presidente
Neodi Saretta
Ana Paula Lima
José Nei A. Ascari
Narcizo Parisotto
Jean Kuhlmann
Aldo Schneider
Mauro de Nadal

COMISSÃO DE TRANSPORTES E DESENVOLVIMENTO URBANO

Reno Caramori - Presidente
Carlos Chiodini - Vice-Presidente
Volnei Morastoni
Gelson Merisio
Aldo Schneider
Marcos Vieira
Sargento Amauri Soares

COMISSÃO DE PESCA E AQUICULTURA

Dirceu Dresch
Maurício Eskudlark
Edison Andrino
Moacir Sopelsa
Reno Caramori
Dóia Guglielmi
Sargento Amauri Soares

COMISSÃO DE TRABALHO, ADMINISTRAÇÃO E SERVIÇO PÚBLICO

Mauro de Nadal - Presidente
Silvio Dreveck - Vice-Presidente
Serafim Venzon
Ciro Roza
Dirceu Dresch
Renato Hinnig
Angela Albino

COMISSÃO DE DEFESA DOS DIREITOS DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA

José Nei A. Ascari - Presidente
José Milton Scheffer - Vice-Presidente
Altair Guidi
Luciane Carminatti
Dirce Heiderscheidt
Antonio Aguiar
Serafim Venzon

COMISSÃO DE RELACIONAMENTO INSTITUCIONAL, COMUNICAÇÃO, RELAÇÕES INTERNACIONAIS E DO MERCOSUL

Dado Cherem - Presidente
Neodi Saretta - Vice-Presidente
Silvio Dreveck
Aldo Schneider
Edison Andrino
Maurício Eskudlark
Angela Albino

COMISSÃO DE FINANÇAS E TRIBUTAÇÃO

Gilmar Knaesel - Presidente
Darci de Matos - Vice-Presidente
Marcos Vieira
Angela Albino
Dirceu Dresch
Luciane Carminatti
Valmir Comin
Renato Hinnig
Antonio Aguiar

COMISSÃO DE AGRICULTURA E POLÍTICA RURAL

Carlos Chiodini - Presidente
José Milton Scheffer - Vice-Presidente
Dóia Guglielmi
Narcizo Parisotto
Dirceu Dresch
José Nei A. Ascari
Moacir Sopelsa

COMISSÃO DE ECONOMIA, CIÊNCIA, TECNOLOGIA, MINAS E ENERGIA

José Milton Scheffer - Presidente
Dirceu Dresch - Vice-Presidente
Angela Albino
Gelson Merisio
Carlos Chiodini
Moacir Sopelsa
Dado Cherem

COMISSÃO DE TURISMO E MEIO AMBIENTE

Ana Paula Lima - Presidente
Altair Guidi - Vice-Presidente
Ciro Roza
Dirce Heiderscheidt
Edison Andrino
Gilmar Knaesel
Valmir Comin

COMISSÃO DE ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR

Dóia Guglielmi - Presidente
Ciro Roza
Darci de Matos
Valmir Comin
Luciane Carminatti
Volnei Morastoni
Moacir Sopelsa
Antonio Aguiar
Narcizo Parisotto

COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS

Luciane Carminatti
Angela Albino
Ciro Roza
Dirce Heiderscheidt
Antonio Aguiar
Gilmar Knaesel
José Milton Scheffer

COMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA

Maurício Eskudlark - Presidente
Carlos Chiodini - Vice-Presidente
Marcos Vieira
Sargento Amauri Soares
Ana Paula Lima
Reno Caramori
Renato Hinnig

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E DESPORTO

Antonio Aguiar - Presidente
Luciane Carminatti - Vice-Presidente
Silvio Dreveck
Ismael dos Santos
Sargento Amauri Soares
Carlos Chiodini
Dado Cherem

COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA

Angela Albino - Presidente
Darci de Matos
Reno Caramori
Volnei Morastoni
Edison Andrino
Dirce Heiderscheidt
Gilmar Knaesel

COMISSÃO DE SAÚDE

Volnei Morastoni - Presidente
Antonio Aguiar - Vice-Presidente
José Milton Scheffer
Sargento Amauri Soares
Ciro Roza
Mauro de Nadal
Serafim Venzon

COMISSÃO DE PROTEÇÃO CIVIL

Jean Kuhlmann - Presidente
Aldo Schneider - Vice-Presidente
Silvio Dreveck
Altair Guidi
Mauro de Nadal
Gilmar Knaesel
Volnei Morastoni

COMISSÃO DE DEFESA DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE

Serafim Venzon - Presidente
Ismael dos Santos - Vice-Presidente
Ana Paula Lima
Dirce Heiderscheidt
Carlos Chiodini
Altair Guidi
Valmir Comin

COMISSÃO DE PREVENÇÃO E COMBATE ÀS DROGAS

Ismael dos Santos
Narcizo Parisotto
Antonio Aguiar
Dado Cherem
Reno Caramori
Ana Paula Lima
Dirce Heiderscheidt

<p>DIRETORIA LEGISLATIVA</p> <p>Coordenadoria de Publicação: Responsável pela revisão dos documentos digitados, bem como editoração, diagramação e distribuição. Coordenador: Carlos Augusto de Carvalho Bezerra</p> <p>Coordenadoria de Taquigrafia do Plenário: Responsável pela composição e revisão das atas das sessões ordinárias, especiais, solenes e extraordinárias. Coordenadora: Rita de Cassia Costa</p> <p>DIRETORIA DE TECNOLOGIA E INFORMAÇÕES</p> <p>Coordenadoria de Divulgação e Serviços Gráficos: Responsável pela impressão. Coordenador: Francisco Carlos Fernandes Pacheco</p>	<p>DIÁRIO DA ASSEMBLEIA</p> <hr/> <p>EXPEDIENTE</p> <hr/>  <p>Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina Palácio Barriga Verde - Centro Cívico Tancredo Neves Rua Jorge Luz Fontes, nº 310 - Florianópolis - SC CEP 88020-900 - Telefone (PABX) (048) 3221-2500 Internet: www.alesc.sc.gov.br</p> <p>IMPRESSÃO PRÓPRIA - ANO XXIII NESTA EDIÇÃO: 16 PÁGINAS TIRAGEM: 5 EXEMPLARES</p>	<p>ÍNDICE</p> <p>Plenário Ata da 011ª Sessão Solene realizada em 1º/01/2011 às 19h30 2 Ata da 117ª Sessão Ordinária realizada em 12/12/2013 6</p> <p>Atos da Mesa Ato da Presidência DL 11</p> <p>Publicações Diversas Ata de Comissão Permanente..... 12 12 Medida Provisória..... 12 Ofícios 13 Portarias..... 13 Projetos de Lei 14 Projetos de Lei Complementar 15 Redação Final 16</p>
---	---	--

P L E N Á R I O

ATA DA 011ª SESSÃO SOLENE

DA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 16ª LEGISLATURA

REALIZADA EM 1º DE JANEIRO DE 2011 ÀS 19H30

PRESIDÊNCIA DO SENHOR DEPUTADO GELSON MERISIO

POSSE DO GOVERNADOR E DO VICE-GOVERNADOR ELEITOS

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merisio) - Invocando a proteção de Deus, declaro aberta a presente sessão solene, que foi convocada para os fins previstos no art. 40, inciso IV, e no art. 65 da Constituição do estado, para dar posse e tomar o compromisso constitucional ao governador e ao vice-governador eleitos no dia 3 de outubro do ano próximo passado.

Convido a deputada Ada De Luca e o deputado Jorginho Mello para conduzirem à mesa as excelentíssimas autoridades que serão nominadas para compô-la.

Excelentíssimo senhor desembargador José Trindade dos Santos, presidente do Tribunal de Justiça do estado de Santa Catarina;

(Palmas)

Excelentíssimo senhor Gercino Gerson Gomes Neto, procurador-geral de Justiça do estado de Santa Catarina;

(Palmas)

Excelentíssimo senhor doutor Jorge Mussi, ministro do Superior Tribunal de Justiça;

(Palmas)

Excelentíssimo senhor primeiro-secretário da Assembleia Legislativa, deputado Moacir Sopelsa;

(Palmas)

Convido agora os deputados Ada De Luca e Jorginho Mello para que acompanhem os srs. João Raimundo Colombo e Eduardo Pinho Moreira, respectivamente eleitos governador e vice-governador do estado de Santa Catarina.

(Palmas)

Excelentíssimas autoridades, senhores deputados, convidados, convido todos para, de pé, ouvirmos o Hino Nacional executado pela Banda da Polícia Militar, sob a regência do maestro subtenente Almir José da Silva.

(Procede-se à execução do hino.)

(Palmas)

Convido os senhores João Raimundo Colombo e Eduardo Pinho Moreira para, de pé, proferirem o juramento, acompanhados, de pé, por todos os presentes.

OS SRS. JOÃO RAIMUNDO COLOMBO E EDUARDO PINHO MOREIRA -

“Prometo manter, defender, cumprir e fazer cumprir a Constituição Federal e a do Estado, observar as leis, promover o bem-estar geral e desempenhar o meu cargo honrada, leal e patrioticamente.”

(Palmas)

Dando seqüência ao mandato constitucional, convido o sr. deputado Moacir Sopelsa, 1º secretário da Mesa, para proceder à leitura do termo de posse do governador eleito.

O SR. DEPUTADO MOACIR SOPELSA - (Passa a ler.)

“Termo de Promessa e Posse do Excelentíssimo Senhor Governador do Estado João Raimundo Colombo

Ao primeiro dia do mês de janeiro de dois mil e onze, às 19h30, a Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina, reunida em sessão solene, sob a presidência do senhor deputado Gelson Merisio, nos termos do que dispõe o art. 40, inciso IV da Constituição do Estado de Santa Catarina, compareceu o senhor João Raimundo Colombo, eleito por sufrágio popular, diplomado pelo Tribunal Regional Eleitoral, para prestar o compromisso de

posse para o exercício do cargo de Governador do Estado, em obediência ao art. 65 da Constituição do Estado.

‘Prometo manter, defender, cumprir a Constituição Federal e a do Estado, observar as leis, promover o bem-estar geral e desempenhar o meu cargo honrada, leal e patrioticamente.’

Do que, para constar, lavrou-se este Termo que vai assinado pelo compromissado e pelos membros da Mesa Diretora da Assembleia.

Eu, Deputado Estadual Moacir Sopelsa, Primeiro-Secretário, mandei lavar o Termo e subscrevo-o.

Raimundo Colombo

Governador

Gelson Merisio

Presidente

Jorginho Mello Jailson Lima

1º Vice-Presidente 2º Vice-

Presidente

Moacir Sopelsa Dagomar Carneiro

1º Secretário 2º Secretário

Valmir Comin Ada Faraco de Luca

3º Secretário 4º Secretário”

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merisio) - Solicito ao sr. deputado Moacir Sopelsa que proceda à leitura do termo de posse do vice-governador eleito.

O SR. DEPUTADO MOACIR SOPELSA - (Passa a ler.)

“Termo de Promessa e Posse do Excelentíssimo Senhor Vice-Governador do Estado, Eduardo Pinho Moreira

Ao primeiro dia do mês de janeiro de dois mil e onze, às 19h30, a Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina, reunida em sessão solene, sob a presidência do Senhor Deputado Gelson Merisio, nos termos do que dispõe o art. 40, inciso IV da Constituição do Estado de Santa Catarina, compareceu o senhor Eduardo Pinho Moreira, eleito por sufrágio popular, diplomado pelo Tribunal Regional Eleitoral, para prestar o compromisso de posse para o exercício do cargo de Vice-Governador do Estado, em obediência ao art. 65 da Constituição do Estado.

‘Prometo manter, defender, cumprir a Constituição Federal e a do Estado, observar as leis, promover o bem-estar geral e desempenhar o meu cargo honrada, leal e patrioticamente.’

Do que, para constar, lavrou-se este Termo que vai assinado pelo compromissado e pelos membros da Mesa Diretora da Assembleia.

Eu, Deputado Estadual Moacir Sopelsa, Primeiro-Secretário, mandei lavar o Termo e subscrevo-o.

Raimundo Colombo

Governador

Gelson Merisio

Presidente

Jorginho Mello Jailson Lima

1º Vice-Presidente 2º Vice-

Presidente

Moacir Sopelsa Dagomar Carneiro

1º Secretário 2º Secretário

Valmir Comin Ada Faraco de Luca

3º Secretário 4º Secretário”

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merisio) - Eu, presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina, declaro empossados os cidadãos João Raimundo Colombo e Eduardo Pinho Moreira nos cargos de Governador e Vice-Governador do Estado de Santa Catarina, respectivamente.

(Palmas)

Convido para fazer uso da palavra Sua Excelência João Raimundo Colombo, governador do estado de Santa Catarina.

O SR. GOVERNADOR JOÃO RAIMUNDO COLOMBO - Excelentíssimo senhor deputado Gelson Merisio, presidente da Assembleia Legislativa de Santa Catarina;

Excelentíssimo senhor Eduardo Pinho Moreira, nosso querido amigo, vice-governador do estado;

Excelentíssimo senhor desembargador José Trindade dos Santos, nosso presidente do Tribunal de Justiça do estado de Santa Catarina;

Excelentíssimo doutor Gercino Gerson Gomes Neto, procurador-geral de Justiça do nosso estado;

Excelentíssimo senhor Jorge Mussi, ministro do Superior Tribunal de Justiça;

Excelentíssimo senhor deputado Moacir Sopelsa, 1º secretário da Assembleia Legislativa.

(Passa a ler.)

“Quero que as minhas primeiras palavras como governador representando aqui, com alegria e honra, o meu companheiro e amigo, nosso vice-governador Eduardo Pinho Moreira, sejam a proclamação de uma verdade de que espero não me afastar nunca.

Santa Catarina é uma só, não sou eu, somos nós. A partir dessa encruzilhada, governo e povo se confundem. E que essa união, com a graça de Deus, mantenha-se até o último momento do meu mandato.

Venho da serra catarinense, da minha querida Lages, para iniciar uma nova caminhada. A mais longa das caminhadas inicia-se sempre com um passo à frente. O mais veloz dos corredores, antes de acelerar para a vitória, sempre dará o primeiro passo; nenhuma jornada humana dispensa o impulso essencial da largada.

Por isso, aqui e agora, depois de escolhido pelo voto popular no primeiro turno, nas eleições de três de outubro, diplomado pela Justiça, sr. presidente, e neste ato empossado pela Assembleia Legislativa do meu estado, detenho-me. Lembro-me da minha história e das pessoas que comigo a escreveram, partilharam, apoiaram, ajudaram em tantos momentos. Não, não darei o primeiro passo sozinho, não posso dar; não assinarei atos, não aceitarei comemorações, não me permitirei sem antes invocar o apoio, a compreensão, a companhia e a confiança do povo de Santa Catarina. Que o meu primeiro gesto como governador seja este aceno largo, emocionado, sublinhado pelo mais sincero dos sorrisos e dirigido a todos e a cada um dos catarinenses.

Convido-os a se juntarem ao governador e ao vice que elegeram. Precisamos do apoio, das críticas, da compreensão, até da indignação, quando for o caso, pois quero ser alertado para os erros, a fim de poder

corrigi-los. Só então, sabendo que temos o povo ao nosso lado, aí, sim, a partir de agora, vamos em frente.

Não governarei indiferente à voz das ruas, não aceitarei que nenhum catarinense seja humilhado, preterido, negligenciado pelos serviços públicos. O poder, para mim, não será um exercício solitário; por isso, não me isolarei. Quero visitar as escolas, os hospitais; quero conversar, ouvir as pessoas. Vocês, por favor, ajudem-nos, todos.

Honrando o que afirmei na campanha eleitoral, não serei eu, seremos nós. Esse é o pedido. Quero vocalizar os melhores sentimentos de solidariedade, de fraternidade e trabalho que caracterizam a nossa gente, a nossa história, que caracterizam Santa Catarina. Seremos nós, do mais modesto dos cidadãos ao mais vitorioso dos nossos empreendedores. Seremos nós, reunindo a experiência dos mais velhos e a inquietude dos mais moços. Seremos nós, do mais fiel dos partidários da nossa coligação que me elegeu ao mais duro dos opositoristas. Seremos nós, todos os homens e todas as mulheres, as minorias e as maiorias, os privilegiados pela graça da fé e os incrédulos. Eis o perfil e o caráter do governo que se instala em Santa Catarina. Com tais sinais, busco a paz e o respeito, com a cooperação de todos.

Temos muito que fazer, e não será na euforia da posse que abandonaremos a contenção que tivemos na campanha e na nossa vida pública. E sempre repetia a cada dia que o programa de governo não é um catálogo de promessas, mas um compromisso de atingir grandes metas e trabalhar dia e noite, sem revezamentos, para encurtar o tempo, reduzir as distâncias e abranger o maior número de catarinenses beneficiados por cada ação do governo estadual.

Todos são testemunhas de que mesmo quando pedíamos votos resistimos à tentação de cair na vala comum da demagogia, das ilusões e das fantasias. Eu preferi cultivar a esperança, infundir nos eleitores a certeza de que o futuro poderia ser bem melhor do que a nossa capacidade de imaginá-lo.

Quero vos dizer agora, ao tomar posse no governo de Santa Catarina, que chegamos juntos àquele futuro que parecia tão longe e poderemos iniciar o esforço para atingirmos as metas com as quais nos comprometemos e cuja síntese se expressa numa frase: as pessoas em primeiro lugar.

Vamos, a cada mês, assim como a economia confere a inflação, as exportações, a receita de impostos, o PIB - os chamados indicadores econômicos -, conferir as condições de conforto, a segurança para ir e vir e ver respeitadas suas propriedades, seja o lar, seja a terra, dos que a cultivam.

Vamos, no caso da Saúde, registrar o tempo de espera para atendimento nos postos, nos hospitais, nas clínicas, como vão as oportunidades de lazer e as demandas da sociedade para preencher seu tempo livre e a assistência aos mais velhos que necessitam de cuidados.

Quantos desafios temos! Como evoluem as vagas nas creches para as crianças e as escolas para os jovens? Em

que medida crescem as oportunidades de emprego aos que chegarem à idade de trabalhar? Como podem ser avaliadas as condições de moradia digna e o acesso a casas e apartamentos, não importa a renda, a região e as atividades profissionais dos chefes de família?

A segurança pública será uma meta de qualidade de vida, perseguida diariamente com ações de proteção à vida e à liberdade dos catarinenses. Todos os fatores essenciais para que o núcleo familiar cumpra seu decisivo papel natural de base da sociedade serão considerados. Mas para garantir a estabilidade e a paz - ou seja, fazer o estado funcionar em benefício do povo, fazendo-lhe usufruir da boa administração pública, será preciso um esforço extraordinário em todos os setores do governo. E o primeiro deles é a austeridade das finanças. O cuidado e o respeito no trato do dinheiro público também passa pelos cuidados com as despesas, o planejamento dos gastos, o controle das obras e serviços, o rigor nos pagamentos e com a arrecadação. É preciso perseguir a eficiência, a competência, a inteligência e criatividade nos investimentos públicos.

O segundo ponto é o dinamismo da economia de que depende o Tesouro do estado. Temos que apoiar, incentivar, até desafiar a aparente contradição de reduzir impostos para aumentar a arrecadação, que na prática torna-se verdadeiro. É preciso melhorar cada vez mais as estradas, os acessos aos portos e aeroportos, criar as facilidades possíveis para que os empreendedores continuem crescendo em Santa Catarina - e Santa Catarina é a terra dos empreendedores -, para que se desenvolvam e, cada vez mais, ampliem, cresçam além das nossas fronteiras, inclusive tornando-se internacionais.

Não faltaremos com o apoio concreto onde a criatividade humana seja capaz de produzir riquezas na agricultura, na indústria, na produção intelectual (sim, os catarinenses se tornaram muito fortes em matéria de produção intelectual, especialmente na informática), nos serviços, no comércio em geral. E quanto maior o número de empregos gerarem mais incentivos merecerão.

Nenhuma contribuição e apoio aos empreendedores, dos mais modestos aos grandes projetos empresariais, terá mais importância para os empreendimentos do que a expansão e a melhoria da educação. É a mão de obra qualificada, a especialização, que impulsionam as atividades produtivas.

Ensino básico, ensino técnico, ensino superior, pesquisas e pós-graduação, não haverá limites no esforço de expansão da educação rumo à grande meta. Chegará o dia, e Deus queira que ainda sob o nosso governo, em que nenhum catarinense, por mais pobre e onde quer que resida, interromperá sua formação por falta de meios e oportunidades de aprendizagem. Este é um aspecto fundamental.

Hoje, aqui, estão os meus pais. Eles nunca puderam estudar, eles migraram, como os pais de muitos aqui. Lembro-me de à noite os dois treinando a escrever. As contas o meu pai fazia genialmente, mas ele nunca frequentou uma sala de aula, nem minha mãe. Convivi com os meus dez irmãos esse esforço de superação.

Meu pai tinha atividade de comércio, de indústria, de pecuária, um homem muito ativo, e eu presenciei a luta para que ele pudesse escrever e ler para poder se desenvolver no comércio. As nossas noites frias de Lages era ouvir os dois exercitando para que pudessem se desenvolver plenamente com o desafio que se impôs àquela geração e que ainda, nas condições de hoje, é um desafio para todos nós.

Ao cumprimentar os meus pais, quero cumprimentar todos os nossos familiares, meus, do Eduardo, todos os amigos que aqui estão, insistindo no refrão no qual baseamos nossa vida pública: o povo tem rosto, tem nome e endereço, e é qualificando-o pela educação que homens e mulheres firmam sua identidade e qualificam-se como cidadãos. Nada, porém, será realizado, se não houver uma grande orquestração dos entes federativos.

O governo estadual está no centro, mas há duas pontas do sistema político brasileiro de cuja articulação não podemos prescindir e não prescindiremos, pelo contrário, o governo federal - a sra. presidente da República, Dilma Rousseff, com quem, acima das cores partidárias, buscaremos uma relação de respeito, harmonia e cooperação intensas - e os municípios, as 293 prefeituras - saúdo o nosso prefeito Dário Berger e todos os prefeitos, na pessoa do prefeito de Lages, Renato de Oliveira - de Santa Catarina, são imprescindíveis para que os benefícios e serviços cheguem às populações mais carentes.

Concordo com a afirmação de que ninguém mora no país ou no estado, mas, como indicam os endereços postais, a vida transcorre nas casas, nas ruas, nos bairros, onde os serviços básicos constituem o front da vida cotidiana, são municipais, e é através deles que se chega à população mais pobre e que está mais longe dos serviços públicos. E o governo, o estado brasileiro, tem um compromisso de governar prioritariamente para os mais pobres, pois são eles que precisam do serviço público; na verdade, são eles que dependem do serviço público e para eles é que tem que estar todo o foco do nosso trabalho.

Seremos atentos às oportunidades de cooperação com o governo federal e com as prefeituras que haverão de fornecer, com atuações firmes dos seus órgãos, bons elementos para que mantenhamos em patamares bem altos o nosso desenvolvimento, o desenvolvimento de Santa Catarina.

Sempre me encantou o mistério que abençoa homens e mulheres ungidos para liderar, seja pela fé, e os profetas conduziam os fiéis a subir ao altar do Senhor e diziam: 'Subam ao altar de Deus'; seja pelo ardor da defesa da pátria, à frente dos exércitos, na esperança de verem surgir no horizonte, como o imperador Constantino, a mensagem confortadora: 'Por este sinal vencerás!'; seja pela música, como os maestros que regem sinfônicas, os mestres de banca que produzem harmonias ao levantar suas batutas; seja pela alegria das competições esportivas, como os técnicos que levam seus times à vitória - e eu mesmo senti esse impulso mágico à superação e

superei-me muitas vezes no esporte, onde aprendi muito jogando futsal; seja pelo ensino da educação infantil às universidades, conduzindo jovens pelos caminhos do conhecimento e da cultura; seja na investidura dos detentores de mandatos populares, os quais devem governar para a sua gente e com a sua gente, situação em que agora me encontro ao assumir o governo de Santa Catarina.

O destino, ou quem sabe a vocação, ou mais precisamente a paixão pela política, um dia me inspiraram a suprema ousadia de me apresentar como candidato a governador de Santa Catarina. Cumpri o itinerário democrático. Reuni num único ideal meus companheiros de partido. Conteí com a confiança de outros partidos - legendas com notáveis políticos, experientes, populares e consagrados, que me honraram com seu apoio indispensável - e fomos às ruas, praças, residências. Ocupei o sagrado horário de lazer no rádio e da TV, escrevi, falei, discuti e ouvi muito.

Acredito na amizade, acredito nos amigos e foi sendo, procurando ser amigo, e tenho muitos, e convivendo com cada um que hoje aqui estou nesta condição.

Lembro-me daqueles que, de casa em casa, anonimamente, levaram o nosso nome, cada um de nós, candidatos de todos os partidos a qualquer cargo, muitos que vibraram, que se emocionaram, sem sequer, às vezes, nos conhecer, sem nunca ter podido se aproximar de nós, mas levaram o nosso nome, defenderam com convicção, argumentaram, fizeram a beleza da luta democrática, defendendo aquilo que nós representamos para o seu coração e para a sua alma. Se pudesse, citaria o nome de cada um, de todos eles.

Homem público, esse é o momento mágico da nossa vida pública e, por isso, cada vez nos apaixonamos mais por ela. Mas citando esses 1.810.000 que votaram agora, gostaria de citar alguns, e talvez cometa injustiça, mas muito rapidamente cito Casildo Maldaner que aceitou a nossa composição. Não é, Luiz Henrique, lembra daquele dia na sua casa? E agora é nosso senador.

Foi um gesto decisivo com a senadora Niura Demarchi para que aquele projeto se desenvolvesse. Cito também Paulo Bauer que hoje é nosso senador, e em seu nome agradeço a todos; Eduardo Pinho Moreira que já havia sido aprovado na prévia, que de uma forma muito confiante, de muita confiança em mim disse num momento de meditação que achava que aquele era o melhor projeto e que o gesto que ele podia me dar era um abraço de sucesso, que se consolidou numa amizade fraterna e num trabalho conjunto extraordinário.

Aqui está o meu querido amigo sr. Evaldo Amaral. Em 1978 começamos a caminhada. Aprendi muito com o sr. Evaldo, um padrinho político extraordinário. Nós o chamávamos de pau de enchente, porque ele se enroscava toda vez que tinha gente, mas é porque ele dava atenção, dava um abraço, ele ouvia. Não há quem conviveu com ele que não o guarde com extraordinária admiração.

Quero, ex-governador Luiz Henrique, dizer que o senhor deixou uma marca muito

grande no coração, porque praticou gestos enormes na minha carreira política, mas muito mais do que isso, a qualidade dos gestos. A sua palavra sempre teve um peso muito grande, a sua confiança, a abertura das portas. E quando eu tinha alguma dificuldade, principalmente na primeira campanha, nas entrevistas coletivas, para argumentar a coligação, dona Ivete, ele dizia: 'Só um pouquinho, dá licença!' E ele me defendia o tempo todo, de tal forma que nunca precisei me defender, porque esse papel ele assumia, no sentido de me proteger. E dizia que quem não pudesse votar em mim, que não votasse nele. Coisa muito rara, que repetiu agora em favor de Paulo Bauer. Por essas razões, o senhor é um político vitorioso, exemplar e um orgulho de Santa Catarina.

(Palmas)

Tenho tantos amigos. Neuto De Conto, Paulo Afonso, enfim, mas todos vocês sabem da minha convivência com o dr. Jorge Bornhausen. Ela foi uma coisa muito bonita. Eu era dirigente de um movimento de igreja, de jovens, da diocese de Lages, e houve um vendaval em Lages. Na época ele era o governador, e eu não tinha a mínima ideia de como chegar até ele para pedir uma ajuda, porque o nosso centro de formação tinha sido todo destelhado.

Ele estava reunido num hotel com um grupo de empresários, e fui até lá, tentei falar com ele e disseram que não dava. Aí tive a ousadia de deixar um bilhete: 'Se fosse possível, gostaria de lhe falar, porque houve aqui uma catástrofe, e é um problema sério para a nossa cidade'. E deixei o telefone da faculdade onde eu estudava. Dali a pouco chegou o diretor da faculdade dizendo: 'Olha, tem um policial aí fora que veio te buscar'. 'Mas eu não fiz nada de errado, você está louco!' E era o governador que tinha mandado me chamar.

Então, apresentei o tema a ele, mostrei as fotos, e ele disse: 'Eu vou resolver isso. Vamos trazer o dinheiro, pode ficar descansado. Ligue-me nesse telefone'. Eu liguei, e ele mandou trazer os recursos em seguida. Tornamo-nos amigos naquela época, e ele me convidou para vir para Florianópolis trabalhar no seu governo.

Houve uma crise política em Lages. Eu estava com 25 anos, e ele teve a ousadia de me nomear, com essa idade, para uma função difícil na região de Lages. E ao longo de todo esse tempo, o dr. Jorge soube cultivar, valorizar, apoiar.

Eu tenho tantos amigos, de tal forma que o cito como um amigo que tenho forte no coração e quero homenageá-lo.

(Palmas)

Eu gostaria de dizer isso de todos, de cada um, do fundo do coração, porque, vocês entendem, é um momento especial para mim, e é importante deixar aflorar esses sentimentos bonitos.

Quem se dispôs a me ouvir, conheceu-me e conheceu as minhas ideias. Na campanha nós apresentamos claramente sonhos, projetos, e principalmente a minha verdade, quem sou, como me comporto, como vejo o mundo. Não usei disfarces, não neguei minhas origens, minha religião, minha história, meus propósitos, meus princípios.

Estou aqui agora, tal como os líderes que me antecederam, especialmente

aqueles que me inspiraram, diante do belo, difícil e desafiador papel que assumo neste momento, de liderar Santa Catarina, de governar Santa Catarina, mas principalmente de servir a Santa Catarina e exercer esse mandato com tal sentimento de justiça, com tal obstinação de acertar, com tal sentimento de fraternidade, com tal consciência democrática que todos, aqui e além das nossas fronteiras, haverão de reconhecer aquilo que disse no início, ou seja, que Santa Catarina é uma só.

Da minha parte, como governador, asseguro que nada farei ou deixarei de fazer sem a lembrança de que não sou eu, mas que somos nós.

Independentemente dos partidos, do debate contraditório das ideias, da visão diversa das ações e dos assuntos que teremos que enfrentar, tenham certeza absoluta, com muita dedicação, com muita compreensão, com toda a oposição com o governo, com todos os que querem fazer o bem com a imprensa em Santa Catarina, estaremos juntos. Santa Catarina é uma só.

Que Deus nos proteja, guarde-nos e ajude-nos, para que cada um de nós possa dar o melhor para fazer por este estado, que é um grande estado, o melhor estado, um lugar extraordinário para viver um grande trabalho. E que ao caminhar pelas ruas, ao conversar com as pessoas, ao olhar o tempo que passa, as coisas que acontecem, aquelas em que nós atuamos, que mudamos, aquelas que são as nossas vitórias, que todos nós, num espírito só, possamos comemorar, possamos mostrar essa nossa Santa Catarina forte, vibrante, que compõe, que abriga e que se compõe de todos nós.

Que Deus nos ajude, que nos proteja e que possamos fazer, e vamos fazer, um grande trabalho com Santa Catarina e por Santa Catarina."

Muito obrigado!

(Palmas)

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merisio) - Excelentíssimo governador João Raimundo Colombo;

Excelentíssimo vice-governador Eduardo Pinho Moreira;

Excelentíssimo senhor desembargador José Trindade dos Santos, presidente do Tribunal de Justiça;

Prezado amigo senhor Gercino Gomes Neto, procurador-geral de Justiça do estado de Santa Catarina;

Excelentíssimo ministro Jorge Mussi, ministro do Superior Tribunal de Justiça do nosso país;

Prezado amigo Moacir Sopelsa, 1º secretário da Assembleia, a quem cumprimentando estendo os cumprimentos a todos os srs. deputados, parlamentares presentes, em nome das deputadas Ada De Luca e Odete de Jesus cumprimento todas as mulheres que acompanham esta cerimônia.

Permitam-me, cumprimentando o ex-governador e senador eleito Luiz Henrique da Silveira, cumprimentar todos os parlamentares, deputados federais presentes, o ex-governador Paulo Afonso Vieira e permitam-me também cumprimentar o prefeito de Xaxim, Gilson Vicenzi, e em seu nome todos os prefeitos, vereadores que

acompanham esta cerimônia, que serão, sem dúvida alguma, peças importantíssimas para que o governo de Santa Catarina possa resgatar os compromissos que assumiu durante a campanha com as pessoas de nosso estado.

Quero cumprimentar a servidora da Assembleia Legislativa Elizabete Silveira Brandalise, organizadora deste cerimonial, e em seu nome todos os servidores públicos de Santa Catarina, que também são e serão fundamentais para que possamos continuar fazendo do nosso estado um estado diferente, um estado vitorioso, um estado que traz alegria para as pessoas.

Quero cumprimentar a imprensa presente.

Prezados amigos, prezadas amigas, esta Casa, prezado governador Raimundo Colombo, é formada, é forjada pela adversidade, é forjada pelas diferenças de opiniões e de posicionamentos, fruto da representação que cada parlamentar traz quando aqui chega. Vamos, com certeza, nesses próximos quatro anos, travar debates intensos, acalorados, mas sempre com um único objetivo: servir bem ao nosso povo de Santa Catarina.

Aqui teremos a bancada situacionista, teremos a bancada de oposição, e cada uma exercerá o seu papel na plenitude, mas todos, os 40 srs. deputados, tenha certeza v.exa., serão sempre parceiros para as boas causas, para que os projetos e iniciativas se transformem em qualidade de vida do nosso povo e da nossa gente de Santa Catarina.

Um dos *slogans* da campanha de v.exa., talvez o mais importante, é que as pessoas estarão em primeiro lugar. Parece uma frase simples, mas muito difícil de ser implementada, porque para pô-la em prática estruturas terão que ser mudadas, paradigmas terão que ser quebrados, para que, efetivamente, o cidadão mais humilde, o mais pobre, aquele que mais precisa do poder público, do governador, do prefeito e do deputado, esse, sim, possa ser o agente mais importante desse processo de relação entre o governo e as pessoas.

Tenha certeza v.exa. de que esta Casa será sua aliada para cada ação que transforme esse objetivo em realidade. Sucesso, e aqui estaremos para acompanhá-lo, para ajudá-lo e também para cobrá-lo, para que juntos possamos construir dias melhores, dias mais felizes para as pessoas que moram em nosso estado.

(Palmas)

Convido todos para, de pé, ouvirmos o Hino de Santa Catarina, executado pela banda da Polícia Militar, sob a regência do maestro Almir José da Silva.

(Procede-se à execução do hino.)

A Presidência agradece a presença de todos que compareceram prestigiando este ato solene e comunica que, a seguir, acontecerá a transmissão de cargo de governador e vice-governador no auditório Pedro Ivo, no Centro Administrativo.

Convocamos outra sessão solene para o dia 1º de fevereiro, às 9h, para a posse dos deputados eleitos.

Está encerrada a presente sessão.

(Republicada por incorreção na data da realização da Sessão Solene).

ATA DA 117ª SESSÃO ORDINÁRIA

DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 17ª LEGISLATURA

REALIZADA EM 12 DE DEZEMBRO DE 2013

PRESIDÊNCIA DO SENHOR DEPUTADO JOARES PONTICELLI

Às 09h, achavam-se presentes os seguintes srs. deputados: Ana Paula Lima - Antônio Aguiar - Dado Cherem - Dirce Heiderscheidt - Dóia Guglielmi - Gelson Merisio - Gilmar Knaesel - Ismael dos Santos - Jean Kuhlmann - Joares Ponticelli - José Milton Scheffer - Kennedy Nunes - Manoel Mota - Marcos Vieira - Maurício Eskudlark - Mauro de Nadal - Moacir Sopelsa - Narcizo Parisotto - Neodi Saretta - Renato Hinnig - Reno Caramori - Romildo Titon - Serafim Venzon - Silvio Dreveck - Valmir Comin.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Ponticelli) - Havendo quórum regimental e invocando a proteção de Deus, declaro aberta a presente sessão.

Solicito ao sr. secretário que proceda à leitura da ata da sessão anterior.

(É lida e aprovada a ata.)

Solicito à assessoria que distribua o expediente aos srs. deputados.

Passaremos às Breves Comunicações.

O Sr. Deputado Neodi Saretta - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Joares Ponticelli) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Neodi Saretta.

O SR. DEPUTADO NEODI SARETTA - Sr. presidente, agora, pela manhã, está acontecendo, nesta Casa, por organização da Diretoria de Comunicação Social e Apoio à Mesa, da Presidência desta Casa e deste deputado, na condição de presidente do Fórum Parlamentar de Esporte, um evento importante com relação ao esporte catarinense, o Destaque Esportivo 2013, onde grandes destaques do esporte catarinense estão sendo homenageados em todas as modalidades.

Quero fazer o registro deste evento que está acontecendo, que acompanharemos, que v.exa. tem dado todo o apoio para isso.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Joares Ponticelli) - Deputado, quero cumprimentar v.exa. que junto com a nossa equipe de Comunicação organizou esse evento. Eu sei o quanto ele está sendo privilegiado e muito concorrido. Recebi informação de que já há um bom número de homenageados no plenarinho.

Quero convidar todos os deputados que já receberam os convites em seus gabinetes, para que possam participar também. E há pouco recebi uma ligação me comunicando que um dos homenageados, o querido Zunino, presidente do Avaí Futebol Clube, mesmo com todas as dificuldades de saúde que está enfrentando, já está aqui no plenarinho, para receber a homenagem.

Quero cumprimentar v.exa., que foi quem provocou esta Casa e trouxe essa idéia. Será a primeira edição e não tenho dúvidas de que ele vai se constituir num importante prêmio para reconhecer o trabalho de tantos desportistas que fazem tanto pelo nosso esporte.

Convido a todos para participarem do evento que vai iniciar daqui a pouco no plenarinho.

Parabéns a v.exa.!

Com a palavra o primeiro orador inscrito, deputado Ismael dos Santos, por até nove minutos.

O SR. DEPUTADO ISMAEL DOS SANTOS - Bom-dia, sr. presidente, srs. deputados e sras. deputadas.

Quero parabenizar o presidente pelo sinal digital. Iniciativa desta Mesa.

Assomo à tribuna, nesta manhã, para fazer duas homenagens que julgo mais do que justas. Uma delas, sem dúvida, é para um cidadão que marcou história nesse século, que é o líder singular no cenário mundial chamado Nelson Mandela, que recebe efusivas manifestações de todos os cantos da terra. E olhar para a biografia de Nelson Mandela é uma virtude. Virtudes que ousa sintetizar em três grandes patamares: primeiramente, a virtude da autoridade moral. Não era um líder que conquistou espaço meramente por uma posição formal e hierárquica na África do Sul, mas graças à sua autoridade moral, buscando sempre falar e viver pautado pela verdade.

Virtude que destaco também é a sua moderação, pois era um homem extremamente equilibrado. Para quem lê um pouco da sua biografia, para quem ouviu seus discursos, acompanhou filmes que foram feitos em relação ao Mandela, sabe-se que se destaca na vida deste líder a palavra equilíbrio, uma das palavras mais belas do universo. Eu diria, ainda, a virtude da generosidade. Um homem que viveu o que viveu na África do Sul soube ser generoso, não obstante a opressão vivenciada por parte de uma ditadura branca naquele país. E essa generosidade se traduz inclusive quando assume a Presidência da África do Sul impedindo que os negros se vingassem de tanta maldade, de tanta brutalidade nos anos do domínio branco naquele país.

Por tudo isso me junto a todos os parlamentares desta Casa, do país, dos líderes do mundo para aplaudir a vida e a memória de Nelson Mandela.

Aproveito, sr. presidente e srs. deputados, nessa esteira de homenagens, já que estamos falando de Nelson Mandela, para lembrar que numa de suas biografias, quando ele retorna à cela por onde passou 27 anos, um dos jornalistas o indagava

sobre suas lembranças da cela por onde passou e ele dizia que muitas coisas marcaram esses 27 anos. Momentos de depressão, momentos de amargura, momentos até mesmo de rancor, momentos de incompreensão, momentos de dúvidas. Será que sairei daqui vivo?

Mas Nelson Mandela dizia: "Nos anos de cárcere eu tive sempre um excelente companheiro, que foi o meu melhor consolo".

Ele estava se referindo, deputado Maurício Eskudlark, à Bíblia Sagrada. Dizia Nelson Mandela: "Desses 27 anos de cárcere, a fonte de maior e melhor consolo que tive foi, sem dúvida, as escrituras sagradas.

Nelson Mandela, que também professava a religião Evangélica Metodista, encontrava na Bíblia Sagrada uma fonte de inspiração. E é por isso que aproveito para fazer esta homenagem a este que é o livro dos livros e que na semana passada foi comemorado em todo o Brasil a Semana da Bíblia. Sem dúvida alguma, continua sendo o livro mais vendido e espero que seja também o mais lido.

Mas faço uma homenagem especial à sociedade bíblica do Brasil que produziu, nos últimos anos, cem milhões de exemplares em nossa pátria.

Lembro-me do 16º presidente dos Estados Unidos, Abraão Lincoln, quando já no final de seus dias registrou no seu diário o seguinte: "Estou ultimamente ocupado em ler a Bíblia Sagrada". Tiro dela o que posso de melhor, pelo raciocínio ou pela fé, porque sei que viverei e morrerei um homem melhor".

Essas foram palavras de Abraão Lincoln.

Não há dúvida de que a Bíblia é especial e na literatura ocidental tem sido um grande marco.

Quando olhamos para livros que fizeram grande história - talvez o mais antigo da história ocidental fosse Ilíada, do poeta grego Homero, provavelmente cego, escrito há mais de três mil anos, na época do rei Salomão, e faço um paralelo com o texto bíblico, os textos de provérbios escritos nessa época -, para que os nossos telespectadores e ouvintes tenham uma ideia, não há nenhuma cópia original da obra Ilíada, assim como a Bíblia também não tem.

Nós temos manuscritos, cópias de cópias, tanto da Bíblia quanto desses livros, que marcaram a história da literatura universal. E aqui faço uma referência especial à obra Ilíada por ter sido talvez a mais famosa e a mais antiga obra da literatura ocidental. Mas apenas para registrar números, há hoje nas bibliotecas

mais famosas do mundo 600 cópias dessa obra. A Bíblia Sagrada tem mais de 24 mil manuscritos.

Então, daí a preciosidade desse tesouro que marca também a sua presença na literatura universal.

Mas é claro que falar da Bíblia é falar da sua importância devocional como instrução para o nosso dia a dia, para o bem servir e o bem nos conduzir; é falar da sua importância litúrgica. É impensável construir uma proposta litúrgica, seja numa missa, seja num culto, sem a presença ou a citação desse livro sagrado no seu aspecto coletivo e, é claro, a sua importância na perspectiva teológica. É dele que extraímos as doutrinas da fé, da nossa convicção. É ali que buscamos saber de onde viemos, o que estamos fazendo e para onde vamos.

Por tudo isso nossa homenagem, na Semana da Bíblia, a este livro dos livros.

Concluo o meu pronunciamento com as palavras de nosso Senhor Jesus Cristo, quando disse que não só de pão viverá o homem, mas de toda a palavra que procede da boca de Deus.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Romildo Titon) - Com a palavra o próximo orador inscrito, deputado Kennedy Nunes, por até dez minutos,.

O SR. DEPUTADO KENNEDY NUNES - Sr. presidente, sras. deputadas, srs. deputados, público que nos assiste pela TVAL e pela Rádio AleSC Digital e pessoas que nos acompanham pelas redes sociais, eu quero aproveitar a fala do deputado Ismael dos Santos e fazer sua também as minhas palavras com relação a este livro, a Bíblia, já que no Brasil estamos comemorando a Semana da Bíblia. Este livro é um balizador.

Queria também, junto com o deputado Ismael dos Santos, agradecer porque fomos honrados ao receber, na última segunda-feira, pela Convenção das Assembleias de Deus de Santa Catarina e do sudoeste do Paraná, uma moção honrosa - eu e o deputado Ismael dos Santos e todos os detentores de mandato que fazem parte da Igreja Evangélica Assembleia de Deus. E por isso quero agradecer ao presidente, o pastor João Sena; à Mesa Diretora; ao presidente da comissão para Política, Josué Barbosa, pastor da Assembleia de Deus da cidade de Sombrio, e ao pastor presidente da comissão para Política do sudoeste do Paraná, que também fez homenagem aos detentores de mandato das cidades do sudoeste do Paraná, que fazem parte da Convenção das Assembleias de Deus de Santa Catarina.

Eu queria chamar a atenção dos deputados, da deputada Dirce Heiderscheidt sobre um projeto de lei que está nesta Casa, de autoria do deputado Carlos Chiodini, que me está preocupando, deputado Silvío Dreveck.

Eu recebi muitos e-mail e com certeza os deputados desta Casa também receberam, pedindo para votar contra e outros a favor, com relação à mudança do art. 170 que inclui o ensino a distância na possibilidade de receber bolsas de estudo do art. 170.

Eu quero fazer uma análise e por isso fui atrás das informações, porque quando se recebe muita informação de um lado e de outro, temos que começar a ponderar e verificar.

O PLC n. 0012/2012, de autoria do deputado Carlos Chiodini, está, na verdade, penalizando o sistema Acafe. A proposta de alteração do art. n. 170 propõe a inclusão dos acadêmicos de educação a distância no Programa de Bolsas de Estudo do governo estadual, instituído pelo art. 170 da Constituição do estado.

O ensino a distância é uma modalidade educacional na qual a mediação didático-pedagógica nos processos de ensino e aprendizagem ocorrem com a utilização de meios de tecnologias de informação e comunicação, com estudantes e professores desenvolvendo atividades educativas em lugares e em tempos diversos, conforme a LDB e o art. 80 que regulamenta esse trabalho.

Eu não quero me posicionar contra o ensino a distância, estou apenas fazendo uma análise do que vai acontecer se aprovarmos esse projeto nesta Casa.

O PLC altera a Lei n. 281, que fixa as regras para obtenção das bolsas de estudo por alunos de baixa renda, mas não prevê expressamente a concessão de benefícios para estudantes de curso a distância, benefício previsto no art. n. 170; é restrito aos alunos do curso presencial.

Com relação ao art. n. 170, nos requisitos da concessão de bolsas de estudos, chamo atenção para o item 3º, que diz o seguinte:

“3º - Ter tido participação aprovada em projeto de pesquisa com extensão vinculada a professor orientador e aprovado pelo respectivo colegiado do curso.

4º - Estar matriculado em curso presencial de nível superior, cadastrado na secretaria de Educação do estado”.

O art. n. 10, no parágrafo único, no item 4, fala dos projetos de pesquisa ou extensão vinculados ao projeto de grupo de gestão e o art. n. 6º fala de titulação, experiência do professor orientador em pesquisa de extensão.

A lei exige, deputado Maurício Eskudlark, que o aluno para receber a bolsa tem que participar do curso presencial e, além disso, tem que participar da pesquisa e extensão, que é o grande desenvolvimento da universidade junto à comunidade local. O ensino a distância não te dá isso. A pessoa que está fazendo um curso de ensino a distância não tem essa participação em pesquisas de extensão, ele só está ali querendo sua formação.

Pode colocar a próxima tela, por favor, pois quero fazer um comparativo:

(Passa a ler.)

“O curso presencial, a carga horária do centro universitário é de 3.200 a 4.000 horas. O curso a distância é de 640 a 800 horas presenciais.

A bolsa de estudo do art. 170 tem a participação de, no mínimo, 40 horas semestrais em programas de projetos sociais em pesquisa e extensão.”

Está aí o grande enfoque dos alunos presenciais. Eles são obrigados, para

receber a bolsa, a participar de programas e projetos sociais em pesquisa. Há necessidade de as universidades fazerem investimento em infraestrutura.

O Sistema Acafe hoje tem 16 entidades de ensino superior, 52 cidades, 1021 cursos de graduação, quase 153 mil alunos matriculados e desses 42% com bolsas de estudos. São mais de 9 mil professores; mais de 7 mil funcionários; 486 grupos de pesquisas; 464 cursos de pós-graduação. E o investimento contínuo de contrapartida que essas entidades dão por conta dessa exigência do governo é fazer esse tipo de atendimento à comunidade.

São 1.800 laboratórios; 14 incubadoras; 23 mil computadores; 2 milhões de livros nas bibliotecas; 150 empresas incubadas; 2.800 pesquisadores, mais de 450 programas de iniciativa científica; 3.553 alunos envolvidos nos financiamentos de projetos de pesquisa; com projetos de extensão são 4 mil pesquisadores; 2.800 programas; 28 mil alunos; uma comunidade envolvida de 1,2 milhão de catarinenses nesses programas.

A posição do orçamento da bolsa de estudo até setembro de 2013: o art. 170, o orçado para este ano era de R\$ 111 milhões, mas só foram empenhados R\$ 56 milhões. O art. 171 era previsto 37 e agora foi para 41, porque isso depende do fundo. São 35 mil alunos bolsistas; 30 mil alunos em contrapartidas com instituições presenciais. No ensino a distância existe uma capacidade restrita de contrapartida. Qual será a contrapartida do aluno no ensino a distância com relação a esta questão?

O fato é que se nós aprovarmos esse projeto haverá uma evasão de recursos do art. 170 que inviabilizará a manutenção dos alunos dos cursos presenciais.

A grande sacada das universidades da Acafe é que neste ano já fizeram 382 mil atendimentos de serviços de saúde; 43 mil atendimentos de assistência jurídica; quase 600 mil atendimentos na educação comunitária e na promoção sociocultural são mais de 248 mil atendimentos.

No caso da Univille, a universidade da cidade que eu represento aqui são 18 mil atendimentos odontológicos, deputado Silvío Dreveck.

Em São Bento do Sul também há, por extensão, 110 mil atendimentos na farmácia escola, 6 mil atendimentos ambulatoriais, 3 mil atendimentos psicológicos e 45 mil atendimentos de auxílio jurídico.

Esse é o trabalho que o sistema Acafe dá de contrapartida em relação aos alunos presenciais. E ainda são 75 milhões, de 2009 a 2012, que a Univille está investindo em bolsas de estudo para os alunos, sendo que 75% desse valor são de recursos próprios.

Eu trago esses números para cá, srs. deputados, para que possamos verificar muito bem o projeto de lei que está em discussão nesta Casa e que se aprovado vai prejudicar essas universidades e colocar a comunidade em prejuízo. E além de a comunidade estar perdendo tudo isso que colocamos aqui, que é a contrapartida das universidades que fazem para a população o

atendimento odontológico, de saúde, jurídico, psicossocial, e para o aluno também, nós, aprovando isso daí, vamos dar possibilidade a empresas privadas, multinacionais de terem acesso ao dinheiro público. A grande oferta desse sistema a distância é da Uniasselvi. A Uniasselvi foi comprada pela multinacional Kroton. É para essa multinacional que vai o dinheiro, em vez de ir para a nossa universidade comunitária e atender a população.

Por isso eu voto “não”, já digo nesse projeto, porque vai prejudicar, com certeza, e muito, as universidades de Santa Catarina.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Romildo Titon) - Com a palavra o próximo orador inscrito, deputado Maurício Eskudlark, por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO MAURÍCIO ESKUDLARK - Bom-dia, sr. presidente, srs. deputados e amigos que nos acompanham pela TVAL.

Com relação a essa questão da bolsa, também já fiz um estudo, já me manifestei por escrito, assim como outros colegas deputados, e recebemos uma reivindicação, principalmente, dos alunos da Acafe e entendo que não deve haver nenhuma modificação, pois estaríamos colocando em risco um sistema que funciona, que ajuda as universidades e os alunos que fazem esses cursos em tempo integral. Então, recebi de alunos da Univalle, de alunos da Unoesc, de várias entidades essa reivindicação.

Fiz também um estudo, assim como o deputado Kennedy Nunes fez, e tenho esse mesmo posicionamento. Inclusive já respondi por escrito essa questão, deputado. Entendo que é questão de justiça e assim dever permanecer. Soluções devem ser encontradas, mas assim deve permanecer.

Ouvia, no início da sessão, a manifestação do colega deputado Ismael dos Santos e realmente a Bíblia é um travesseiro, é um consolo e é muito importante para nós.

Ontem, eu falava com um colega que passa por dificuldades momentâneas. Muitas vezes as pessoas, num momento desses, caem em depressão, não sabem a quem se agarrar, os amigos, às vezes, não que os abandonem, mas ocupados na atividade do dia a dia, como a própria família, não percebem que não estão bem e acham que não vão conseguir solucionar essas situações de dificuldade. Mas tendo fé e acreditando em Deus, tudo se resolve ao seu tempo.

Então, ontem eu sugeri para um amigo o seguinte: tenha fé e acredite que tudo vai ser resolvido. Se as pessoas estão longe num momento difícil nem sempre é por abandono. Às vezes é porque cada um está cuidando da sua atividade, do seu dia a dia. Mas a Bíblia é uma solução.

Alguns dizem que os presídios não recuperam, e eu gostaria de dizer que realmente eles não recuperam. Se houvesse uma máquina na qual pudéssemos colocar o

ser humano e ele saísse com a cabeça diferente, isso era tudo o que todos nós queríamos!

A criminalidade é uma questão de personalidade. Eu li esses dias uma manifestação de um psiquiatra dizendo que durante 42 anos ele interrogou e debateu com presos recolhidos nos presídios. Ele chegou à conclusão, e eu já disse aqui que esse é um pensamento meu, de que, infelizmente, uma parcela do ser humano nasce com uma índole voltada para a maldade. E nisso não tem a questão financeira e a questão social, não importa se é pobre ou rico. Essa é uma questão de personalidade. Pode ser rico, pode ter uma boa formação, mas mesmo assim vai usar aquele conhecimento para a maldade.

E o que ainda recupera os presos nos presídios são a Bíblia e a fé em Deus. Quando alguém é tocado lá, acaba mudando a sua forma de pensar e acreditando num ser superior e que nada acontece por acaso! Tudo há um por quê. Se você tem uma dificuldade, se você atrasar, se você adiantar ou se você conhecer alguém, tudo há um por quê!

Então, a maior recuperação que encontramos ainda nos presídios é de quem passou a ter fé e a acreditar em Deus. Isso muda o seu comportamento.

Não adianta dizer: “Ah, tem que colocar para trabalhar”! Coloca-se para trabalhar um elemento que só tem maldade na cabeça, ele vai utilizar os instrumentos de trabalho para render um segurança e tentar fazer uma fuga. Agora, no Natal, e não sei se felizmente ou infelizmente, mas acho que para a sociedade é infelizmente, haverá o indulto de Natal e o espírito da lei é fazer com que o preso vá para o meio da sua família e comece a ter uma reinserção social. Infelizmente, a grande maioria sai para fazer acerto de contas, praticar roubos e cometer homicídios.

Então, é um momento que, ao invés de haver mais paz para quem já está trabalhando, para quem está com a sua família e para quem é liberado para visitar o seus parentes, acontece exatamente ao contraio: eles saem para praticar crimes. E nós vamos ver que agora no final de ano, na época do indulto de Natal e Ano Novo, alguns saem recuperados mais pela fé e muitos saem para o acerto de contas.

Eu assisti há poucos dias, através de um canal de televisão, um noticiário falando de quatro ou cinco casos de homicídios e roubos. E todos os presos tinham saído há 15 dias ou há um mês da prisão, eram condenados, procurados e foragidos.

Então, não há o que fazer com esses elementos! Eles têm que permanecer presos porque não querem se recuperar. E os que querem se recuperar e praticam um ato involuntário, logo já se arrependem e dizem que querem mudar. E se ele acreditar em Deus, ele se recupera. Senão, pode soltar o preso, dar o melhor emprego do mundo, que ele vai continuar praticando crimes.

Esta era uma das questões que eu queria abordar.

A outra questão é, mais uma vez aqui, parabenizar o governador Raimundo Colombo, o secretário Antônio Gavazzoni e toda a equipe da administração, toda a equipe da Fazenda pelas questões, pelos pacotes salariais que foram aprovados aqui que são bons, pois houve ganho para todos. Alguém até me perguntou por que tanto radicalismo, por exemplo, do Sinpol. Se houve ganhos, tem que negociar. Quem quer conquistar alguém não será através do tapa.

Então, não há diálogo, não há conversa usando camiseta de afronta ao governo. Não é assim que se constrói. Os policiais civis vão ter um salário mínimo com a implementação desse pacote de R\$ 4.520,00, podendo se aposentar com R\$ 13 mil. Não é ruim. Houve problema dos níveis quatro, cinco, seis, que é o meio da carreira, quando acaba não tendo muitas promoções. O governo se dispôs a estudar essa questão, a fazer um projeto, a corrigir isso.

Mas não será pelo enfrentamento que se resolverá a questão. Quem quer conquistar conversa, respeita. Não é batendo de frente, agredindo e dizendo que tudo está ruim. Não pode levar para o lado político. É perigoso um sindicato que tem presidente e vice-presidente filiados ao mesmo partido levar somente para o lado político, de enfrentamento, de dizer que tudo está ruim. Isso é negativo.

Então, o projeto é bom? Sim, e pode melhorar algumas coisas. Sempre vai poder, e nós temos que construir com o diálogo, com a conversa, com respeito com as pessoas.

Então, quero parabenizar o governo do estado, o governador Raimundo Colombo, o secretário da Fazenda Antônio Gavazzoni, o secretário da Administração Derly Massaud de Anunciação, e agradecer o Décio, o Dacol, enfim, toda a equipe que trabalhou, que teve paciência para discutir e para tratar esses projetos de interesse do funcionalismo do estado.

Obrigado, sr. presidente!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O Sr. Deputado Dóia Guglielmi - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Kennedy Nunes) - Com a palavra, pela ordem, o deputado Dóia Guglielmi.

O SR. DEPUTADO DÓIA GUGLIELMI - Eu gostaria apenas, nesta manhã, sr. presidente, de fazer um registro de um colega nosso, um grande empresário de Criciúma, na área da cerâmica e forro de PVC, o nosso grande colega Estevão Pierini, que está aqui conosco desde de manhã nesta Casa.

Portanto, sinta-se a vontade em nossa Casa.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Kennedy Nunes) - Está feito o registro.

Passaremos ao horário reservado aos Partidos Políticos. Hoje, quinta-feira, os primeiros minutos são destinados ao Partido da Social Democracia Brasileira.

Com a palavra o sr. deputado Jean Kuhlmann, por até 14 minutos.

O SR. DEPUTADO JEAN KUHLMANN - Sr. presidente, srs. parlamentares e sras. parlamentares, quero cumprimentar todos

que nos acompanham neste momento no plenário e também pela Rádio AleSC Digital e pela TVAL. Quero parabenizar a TVAL que ontem inaugurou a questão do sinal aberto, que é muito importante para todos nós e para todos os catarinenses.

Também quero aqui aproveitar a oportunidade, já que nós não vamos ter essa oportunidade, na semana que vem, quando estaremos votando o orçamento e outras ações, mas gostaria de aproveitar este momento para fazer um balanço de várias ações importantes do governo do estado que aconteceram no município de Blumenau durante este ano.

Realmente foi um ano de muitas conquistas, de muito trabalho, de muitas lutas, mas quero dizer aqui da minha alegria, da minha satisfação de ver, de forma concreta, várias ações conquistadas para o município de Blumenau, várias ações que serão conquistadas daqui para frente. E tenho certeza de que os srs. parlamentares desta Casa têm um papel fundamental nisso.

Por isso quero aqui fazer um registro e um balanço daquilo que durante este ano foi atingido e conquistado para o município de Blumenau. Primeiramente, quero registrar, de forma muito importante, de que não basta apenas existir um prédio novo, estamos trabalhando no sentido de ampliar o número de pessoas que estão atendendo a população, porque para que se possa atender com qualidade, com conforto e eficiência, tem que haver um prédio novo, que agora existe, mas também tem que ter mais pessoas atendendo a população. E essa é uma luta que este parlamentar está tendo.

Também na última semana, quando o governador Raimundo Colombo esteve em Blumenau, assinou junto com o presidente do Badesc, João Paulo, ex-prefeito daquele município, a autorização para que o município possa contrair o financiamento do Programa Badesc - Juro Zero, no valor de R\$ 20 milhões para a prefeitura de Blumenau, para atender demandas do município de Blumenau.

Uma conquista importante para a cidade, uma conquista importante para os cidadãos, para que realmente ações importantes possam ser desenvolvidas em prol da cidade de Blumenau.

Além disso, o governador Raimundo Colombo também assinou e garantiu a liberação de mais R\$ 900 mil para concluir a construção do dique da Fortaleza, uma obra muito importante, e que tem ao todo, por parte do governo do estado, aproximadamente R\$ 3 milhões, srs. parlamentares, numa obra que atende mais de 15 mil residências, uma obra que atende muitas pessoas e tenta de alguma forma amenizar o efeito causado pelas enchentes naquela região, no bairro Fortaleza e no bairro Itoupava Norte.

Por isso a conclusão desse dique é fundamental, a garantia desse recurso é muito importante, e eu espero que o ano de 2014, porque o ano de 2013 foi marcado pela garantia do recurso pela promessa da parte final, seja marcado pela conclusão da obra, pois é uma obra muito importante para a cidade de Blumenau.

Também foi dado garantia, assim como outros municípios, para o Fundo de Apoio aos Municípios, o Fundam, que nós aprovamos este ano nesta Casa, deputado Ismael dos Santos, que vai ajudar muitas cidades pelo estado, e Blumenau irá receber mais de R\$ 5 milhões desse fundo, além de outras ações importantes.

Foi inaugurada, na presença do governador Raimundo Colombo, que acompanhou de perto os trabalhos, uma nova central de videomonitoramento que vai analisar e acompanhar na cidade toda a questão da movimentação do centro da cidade, de vários bairros, que estará interligando as imagens, não apenas das 36 câmeras de vigilância, que estão sendo substituídas, como também, sr. presidente, das 54 câmeras de vigilância novas que serão instaladas.

Ou seja, foi inaugurada uma central de monitoramento e, além disso, o compromisso da instalação de 36 câmeras de vigilância e mais 54 que estão no processo licitatório, ou seja, totalizando 90 câmeras de vigilância novas para a cidade de Blumenau, um ato muito importante que vai aumentar a segurança na cidade.

Podemos destacar, da mesma forma, o início da construção do novo prédio da Escola Carlos Techentin, uma escola importante do município que com certeza vai abrigar mais alunos e trazer mais qualidade de ensino. Essa escola nova é muito importante também para a região de Passo Manso, para aquela região que tem muitas crianças que precisam ser atendidas por esse novo prédio.

Também, no última ida, o governador autorizou a secretaria da Educação a iniciar o processo de licitação da construção de uma nova escola de ensino médio, que tem o apoio, inclusive, do governo federal na questão dos recursos para o bairro de Itoupavazinha, região norte de Blumenau. É uma escola esperada há muitos anos e eu gostaria realmente que o secretário Eduardo Deschamps fizesse com que esse projeto, agora que o terreno está comprado, depois de muita luta, depois de uma conquista árdua, saísse do papel e que o governador, depois de ter autorizado o início do processo licitatório para a construção dessa nova escola de ensino médio, fizesse com que essa obra realmente aconteça até o final do ano que vem e os moradores possam, em 2015, o mais tardar em 2016, ter os seus filhos estudando naquela escola.

O governo do estado também garantiu durante este ano, sr. presidente, cerca de R\$ 10 milhões para a continuação da construção do complexo da Ponte do Badenfurt, uma obra muito importante para todo o trânsito da região norte da cidade, para toda a questão do eixo do trânsito da região, não somente de Blumenau, mas envolvendo também Indaial, Pomerode e outras cidades vizinhas. É uma obra muito importante.

Realmente são ações e mais ações do governo do estado beneficiando Blumenau e o vale do Itajaí. Além disso, há também recursos na área da Saúde. Por exemplo, o governador autorizou, agora no final do ano, R\$ 650 mil para que fosse

continuada a obra de ampliação do Hospital Misericórdia, na Vila Itoupava. Foi autorizada a liberação de R\$ 2,7 milhões para a conclusão, compra de equipamentos e de 20 leitos novos de UTI, do Hospital Santa Izabel, além de convênio para a construção da Casa Mata do Hospital Santo Antônio.

Foi autorizado um convênio na ordem de R\$ 5 milhões. Inicialmente, o valor de R\$ 500 mil o governador autorizou o pagamento imediato quando esteve em Blumenau. Os outros R\$ 500 mil seriam destinados até o final deste ano e os R\$ 4 milhões restantes seriam destinados de forma parcelada, no ano que vem, para garantir a construção da Casa Mata, no Hospital Santo Antônio.

Foram destinados recursos também para o custeio do Hospital Santo Antônio, em Blumenau, além do apoio, por exemplo, na Oktoberfest, com o Natal de Blumenau e várias e várias ações, como a própria realização do Jaspion, em Blumenau, que também teve o apoio financeiro do governo do estado.

Mas quero aqui destacar, além de todas essas ações, talvez duas ações mais importantes. Primeiramente, foi o passo fundamental realizado durante o ano todo pelo governador Raimundo Colombo no que se refere à cobrança dos técnicos, das pessoas envolvidas na questão do projeto do prolongamento da Via Expressa em Blumenau, o novo traçado da SC-108.

Essa obra está prevista, na sua totalidade, aproximadamente em R\$ 200 milhões, e o governador Raimundo Colombo, em sua última ida a Blumenau, autorizou a licitação da parte de pavimentação e terraplanagem, deixando apenas de lado, por enquanto, a questão dos viadutos que dependem do projeto para que seja iniciado o processo licitatório que já está sendo confeccionado nessas questões, sendo que o governador autorizou o início do processo licitatório para que a obra possa começar.

A obra no que se refere à parte de pavimentação e terraplanagem está orçada em torno de R\$ 130 milhões. Este ato é muito importante, como também essa ação, srs. parlamentares, pois envolve o Pacto por Santa Catarina, envolve a importância de se ter o apoio do governo federal, a participação do governo do estado, a sinergia com o governo municipal, porque quando se age desta forma o beneficiado é o cidadão. Obras como a do prolongamento da Via Expressa ou até outra obra que quero destacar muito importante é a questão do alteamento das barragens do alto vale, que não atende somente o município de Blumenau, como todo o vale de Itajaí. São obras que estão no plano de mitigação de cheias do vale do Itajaí, que são fundamentais para a garantia na questão da prevenção de cheias, na manutenção da vida das pessoas do vale. Realmente essas ações são muito importantes para Santa Catarina, para Blumenau e para o vale do Itajaí.

Por isso quero registrar, nestes 14 minutos, o meu agradecimento ao empenho, à dedicação do governador Raimundo Colombo com a região de Blumenau, do vale de Itajaí, como agradecer essa sinergia

conjunta entre o governo federal, com o governo do estado, com os municípios, porque é desta forma que conquistamos mais qualidade de vida para as pessoas.

Por isso acredito que este ano de 2013 foi muito positivo não apenas para Blumenau como para toda Santa Catarina.

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Romildo Titon) - Ainda dentro do horário reservado ao Partidos Políticos, os próximos minutos são destinados ao PT.

Com a palavra a sra. deputada Ana Paula Lima, por até 11 minutos.

A SRA. DEPUTADA ANA PAULA LIMA - Bom-dia, sr. presidente, srs. deputados e pessoas que nos acompanham pela TVAL e pela Rádio Alesc Digital.

Sr. presidente, quero dizer que esta semana e também a semana passada foram muito conturbadas nesta Casa, sendo que no dia de ontem debatemos e aprovamos projetos para definir o futuro dos servidores públicos do estado de Santa Catarina. Mas mais do que isso, também o mundo parou, o Brasil parou e ainda estamos verificando e vivenciando, através dos meios de comunicação, o que realmente nos comoveu muito, que foi a morte de Nelson Mandela aqui já registrada por diversos parlamentares.

Hoje de manhã, antes ainda de sair de casa, ao acompanhar alguns depoimentos de sul-africanos, de senhoras, de senhores que passam horas e horas na fila para dar o último adeus a Mandela, que fez uma revolução naquele país, uma senhora dizia que não importava ficarem muitas horas na fila. Mandela passou 27 anos na prisão defendendo e construindo a liberdade do povo africano.

Desta forma, sr. presidente, ele deixou realmente um legado, uma lição de vida, exemplos a ser seguidos. E uma frase que nos marcou bastante foi a seguinte: "Ninguém nasce odiando outra pessoa pela cor da sua pele, por sua origem ou ainda por sua religião. Para odiar as pessoas é preciso aprender a odiar. E se podem aprender a odiar, podem ser ensinadas a amar". Foi isso que disse Mandela, foi isso que ele passou para todos nós. Então, temos que ensinar as pessoas a amar uns aos outros, independentemente de cor, de credo, de posição política e de religião, porque somos seres humanos.

Então, nesse ensinamento nós, do Partido dos Trabalhadores, este ano, demos uma demonstração de que temos divergências também de posicionamentos em alguns casos, como é comum em famílias, em outros partidos ou mesmo dentro da religião. Nós realizamos as eleições para elegermos os presidentes. Elegemos o presidente nacional, o presidente estadual e os presidentes municipais do nosso partido numa disputa democrática e respeitosa em todos os sentidos.

Nesse começo de dezembro, mais precisamente no dia 7, tivemos a posse do nosso presidente estadual do PT, que comandará o partido nos próximos anos, Cláudio Vignatti, que fez um belíssimo discurso unificando o nosso partido para as

eleições do ano que vem, que é o nosso maior, que é a reeleição da nossa presidenta Dilma Rousseff. O auditório Antonieta de Barros esteve lotado de militantes partidários de vários partidos que são base de apoio ao governo da nossa presidenta, que vieram prestigiar esse evento.

Mas me chamou a atenção, como também de diversos militantes partidários, o discurso do ex-presidente que entregou o cargo, José Fritz, de uma forma muito emocionada. Na ocasião, ele recebeu uma bandeira com a assinatura de vários militantes e no seu discurso agradeceu todo mundo que participou desse processo. Ele está há 33 anos no nosso partido e ajudou a construir o PT com milhares de homens e mulheres que se fazem presentes no mesmo. Disse ele uma frase que marcou bastante: "Eu tenho a consciência do dever cumprido. Os erros e acertos fazem parte da vida dos que lutam."

Realmente, José Fritsch, v.exa. foi um lutador e o nosso reconhecimento pelo desempenho que teve nesses 33 anos. Agora o partido está nas mãos de Cláudio Vignatti, que certamente conduzirá, nos próximos anos, unificando a nossa militância para o que temos pela frente.

Falando em Partidos Políticos, um marco regulatório que teve o presidente Lula quando assumiu a Presidência do Brasil no ano de 2002, quando recebeu o seu segundo diploma da Presidência da República, ele dizia o seguinte: "Eu vou governar o Brasil para todos, para os que são filiados ao Partido dos Trabalhadores, para os que são filiados em outros partidos, para os que não são filiados, para todos os brasileiros e brasileiras, vou dar os recursos do governo federal para todo o Brasil, para quem faz bons projetos".

Por isso que me admiro aqui com a fala do deputado Maurício Eskudlark sobre os policiais civis do estado de Santa Catarina, que são filiados a um partido político. Qual é o problema de se filiar em um partido político? É a mesma coisa que ele dizer que não podemos ter religião. As pessoas são escolher democraticamente, e o Lula foi um defensor dessa ideia. Então, o governador não pode ter partido, como o deputado, os prefeitos e os presidentes de sindicato ou podem somente ser filiados ao partido do deputado Maurício Eskudlark.

Então, a luta dos policiais civis não foi prejudicada porque eles são filiados a um partido, mas porque o deputado Maurício Eskudlark também não colaborou com as negociações com o governo do estado. E diz isso inclusive para dividir a categoria, e não há divisão de categoria. Antes não eram filiados e porque não lutou para melhorar o salário dos policiais civis. Isso não é desculpa. Pudemos, sim, depois da ditadura, de vários companheiros morrerem para que houvesse liberdade democrática no partido, o direito de escolher a que partido queremos nos filiar.

Sr. presidente e srs. deputados, depois de uma semana conturbada que não foi aquilo tudo, em que algumas emendas que defendemos não foram acatadas, alguns servidores públicos mereceram ganhar o que discutimos aqui nos projetos, mas milhares

de servidores ainda não foram contemplados. Por isso fizemos um apelo, ontem, ao líder do governo para que não esquecessem essas categorias. Os projetos têm que vir aqui para serem corrigidos. Os servidores públicos que fazem um trabalho de excelência para este estado merecem ser contemplados.

Os recursos que vieram para Santa Catarina do governo federal, anunciados aqui por outros parlamentares que me antecederam, que o governo do estado está investindo em alguns municípios, são da ordem de R\$ 10 bilhões e fazem parte inclusive do Pacto, do programa do governo do estado de Santa Catarina, que são desenvolvidos nas áreas de infraestrutura, saúde, educação, assistência social e segurança pública. E agora os catarinenses querem que essas obras que fazem parte desse grande pacote de R\$ 10 bilhões disponibilizados para o governo deste estado, depois de terem sido tão propagandeadas antes mesmo de começarem, sejam executadas com a maior urgência possível porque o dinheiro já está no caixa com a maior urgência possível, pois o dinheiro já está no caixa, e esta Casa, de uma forma muito célere, votará os projetos de financiamento do governo do estado com o BNDS, com o Banco do Brasil ou mesmo de recursos oriundos do governo federal.

Então, fomos muito céleres na aprovação desses projetos, agora os catarinenses querem que essas obras sejam executadas na maior brevidade possível.

Sr. presidente, tenho três assuntos importantes que aconteceram nesses últimos dias. Em Santa Catarina, quatro municípios foram premiados pela merenda escolar de boa qualidade: Correia Pinto, na Serra; São Domingos, no oeste; Brusque, no vale do Itajaí; e Santa Terezinha, também no vale. Esses municípios receberam o Prêmio Gestão Eficiente de Merenda Escolar que objetiva desenvolver ações para garantir a correta e adequada aplicação do dinheiro público em alimentos de qualidade, com regularidade e em quantidade necessária ao desenvolvimento físico e intelectual dos alunos da rede pública de ensino.

Parabéns a esses municípios. Duas dessas administrações são feitas pelo Partido dos Trabalhadores, que são Brusque e São Domingos, e em Santa Terezinha também o PT faz parte do governo. Outro anúncio foi feito, ontem, com a vida da ministra Tereza Campello, e tivemos no Centrosul a formação de 2.500 alunos do programa Pronactec, um programa do governo federal, pago por recursos do governo federal para que homens e mulheres formem-se no ensino técnico de Santa Catarina. Foi um evento emocionante, com declarações de homens e mulheres, desde o mais jovem de 16 anos até o mais idoso de 73 anos, que tiveram a oportunidade de pela primeira vez na vida ingressar num curso técnico e se formar.

Foi realmente um evento maravilhoso e está de parabéns o governo da presidente Dilma Rousseff em oportunizar que essas vagas possam ser oferecidas em cursos pagos pelo governo federal, dando a chance de formação para homens e mulheres.

O ex-presidente Lula foi aluno e formou-se torneiro mecânico na década de 70 e hoje ele e a presidente Dilma Rousseff ofereceram para todos os alunos, de forma gratuita, além do curso, o lanche, o material didático e o uniforme.

Então, é assim que se constrói um Brasil diferente, oportunizando a essas pessoas a educação, e é através dela que mudamos o...

(Discurso interrompido por término do horário regimental.)

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Romildo Titon) - Ainda dentro do horário reservado aos Partidos Políticos, os próximos minutos são destinados ao PSDB.

Com a palavra o sr. deputado Serafim Venzon, por até nove minutos.

O SR. DEPUTADO SERAFIM VENZON - Sr. presidente, srs. deputados.

Quero, inicialmente, cumprimentar a ministra do Desenvolvimento Social, Tereza Campello, que esteve em Santa Catarina justamente entregando o certificado de conclusão de curso de mais de 2.500 mil jovens que fizeram esse curso de qualificação que vai dar a esses jovens, a esses pais de família a capacidade, a habilidade para serem úteis à sociedade e terem a sua renda.

Eu era secretário da Assistência Social, em 2011, quando começamos os primeiros programas em volume de qualificação profissional envolvendo especialmente as famílias que estão ligadas ao programa Bolsa Família. E a ministra Tereza Campello, uma grande entusiasta, e inúmeros secretários de estado brincavam com ela dizendo que para ser secretário ou para ser ministro do Desenvolvimento Social é necessário ter três coisas que ela tem no nome: primeiramente, ter muita vontade para conseguir vencer. Muitas vezes há resistência, aí vem a segunda sílaba, vencer a resistência que existe em todos os níveis sociais, especialmente dentro do governo, para conseguir o que é indispensável, que é fazer o cifrão "Tereza".

Isso quer dizer que para ser ministro é preciso ter muita vontade para conseguir vencer as resistências naturais que encontra, principalmente por não ter recursos.

Ninguém tenta fazer uma ponte, fazer uma estrada, fazer um hospital, comprar um carro para atender as neces-

sidades do governo; ninguém tenta sem dinheiro. A assistência social tenta-se fazer sem dinheiro.

O governador Raimundo Colombo não poupou contatos em todas as áreas, em todos os ministérios, principalmente no Desenvolvimento Social, e conseguiu iniciar vários programas para o estado como a Santa Renda. Ontem, a ministra esteve aqui no estado entregando esses certificados. Por isso quero cumprimentá-la pelo seu entusiasmo, entusiasmo esse que deve, sim, passar para todos os secretários de estado do Brasil e para os secretários municipais do Desenvolvimento Social.

Quero também saudar o governador Raimundo Colombo; o deputado Jailson Lima; o nosso presidente Joares Ponticelli, e cumprimentar especialmente os presidentes dos Poderes; o Procurador-Geral do Ministério Público, Lio Marcos Marin; o presidente do Tribunal de Justiça, Cláudio Barreto Dutra, e Nelson Schaeffer Martins, que será o próximo presidente, que também tem o mesmo pensamento; o presidente do Tribunal de Contas do estado, Salomão Ribas Júnior, e dizer que o Projeto n. 0529, de autoria do deputado Jailson Lima, foi dito como inconstitucional porque quem faz o projeto, quem faz a determinação é o Poder Legislativo e não o Poder Executivo.

Para isso, quero dar aqui certa explicação dizendo que para quem participa um pouco das atividades legislativas pensa assim: quem faz as leis e quem vota o Orçamento, quem diz onde e como vai gastar os recursos do estado é a Assembleia Legislativa, é o Parlamento. Então, por que será que não pode fazer uma lei que vai destinar certos recursos? É difícil compreender. A ideia é boa, mas a forma como foi apresentada que é dita, então, inconstitucional.

A sugestão colocada no projeto provocou uma grande reflexão, a começar pela Assembleia Legislativa, onde, nos últimos anos, graças ao trabalho que faz de aproveitar bem os recursos, economizá-los, não poupando serviços que são importantes para a sociedade, o trabalho do Parlamento, não sacrifica a qualidade dos serviços e aproveita bem os recursos. E está ali a sobra que esta Casa, todos os anos, tem feito, devolvendo para o governo, como é uma obrigatoriedade constitucional.

De igual maneira, somados, de igual maneira, todos os recursos do Tribunal de Justiça, do Tribunal de Contas e do Ministério Público, correspondem a

aproximadamente 19% de toda a arrecadação do estado.

Então, a ideia que nós colocamos aqui é que cada Poder desses aproveitasse bem todo o recurso e aquilo que sobrasse fosse destinado à atividade e devolvido ao governo, com uma recomendação importante: que ele vá para a atividade que hoje é deficiente, ou seja, para a saúde.

Sessenta por cento das pessoas que foram entrevistadas reclamam da saúde. Quem deveria corrigir isso era o governo federal, que tem o maior montante de arrecadação, que tem mais de 70% da arrecadação, em que o volume grande de investimentos teria que ser do governo federal, que teria que ser pelo menos num percentual igual, como fazem os municípios, os estados.

O estado participa com 12%, os municípios com 15% e o governo federal, lamentavelmente, com três e pouco. Não dá nem 4% da arrecadação do governo federal que são destinados para a saúde.

Ora, se a saúde é mesmo a prioridade, então teríamos que investir, mas enquanto isso não acontece, esse é o grande gesto da Assembleia Legislativa, esse aumento de repasse de volume de recursos do governo federal para a saúde.

A Assembleia Legislativa produz esse gesto, os Poderes do estado de Santa Catarina este ano vão devolver aquilo que sobra, como faz a Assembleia Legislativa. E nós, juntamente com o governo do estado, haveremos de encontrar uma forma de fazer chegar esses recursos para a saúde.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Romildo Titon) - Srs. deputados, como é visível a falta de quórum, a pauta da Ordem do Dia será transferida para a próxima sessão de terça-feira.

Passaremos à Explicação Pessoal.

Não havendo oradores inscritos, livre a palavra a todos os srs. deputados.

(Pausa)

Não havendo quem queira fazer uso da palavra, esta Presidência, antes de encerrar a presente sessão, convoca outra, solene, para amanhã, às 19h, no município de São Miguel d'Oeste, em homenagem Pela Vida e Pelo Meio Ambiente.

Está encerrada a sessão.

ATOS DA MESA

ATO DA PRESIDÊNCIA DL

ATO DA PRESIDÊNCIA Nº 009-DL, de 2014

O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE SANTA CATARINA, em exercício, de acordo com o art. 52, inciso III, do Regimento Interno, no uso de suas atribuições

CONCEDE licença ao Senhor Deputado Gelson Merisio, no dia 13 corrente mês, para tratar de assuntos particulares.
PALÁCIO BARRIGA VERDE, em Florianópolis, 13 de março de 2014.

Deputado JOARES PONTICELLI

Presidente, e.e.

*** X X X ***

PUBLICAÇÕES DIVERSAS

ATA DE COMISSÃO PERMANENTE

ATA DA SEGUNDA REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE TRANSPORTES E DESENVOLVIMENTO URBANO, REFERENTE À 4ª SESSÃO DA 17ª LEGISLATURA

Às dezessete horas do dia onze de março de dois mil e quatorze, amparado no § 1º do art.123 do Regimento Interno, sob a Presidência do Deputado Reno Caramori, reuniram-se os Deputados membros da Comissão de Transportes e Desenvolvimento Urbano: Reno Caramori, Gelson Merísio, Sargento Amauri Soares, Carlos Chiodini, Renato Hinnig representando o Deputado Aldo Schneider e Dirceu Dresch representando o Deputado Volnei Morastoni. Aberto os trabalhos o Deputado Presidente, colocou em discussão a Ata da Primeira reunião Ordinária, que em votação, foi aprovada por unanimidade. Em seguida, o Presidente submeteu para votação o Projeto de Lei de nº PL./0339.3/2013 de autoria do Deputado Dirceu Dresch, que trata da estadualização da Rodovia que liga os municípios de Sul Brasil e Jardimópolis. Ato contínuo o Presidente comentou que como relator deu seu voto pela aprovação da matéria, acompanhando as demais comissões, todavia, entendia que projetos desta natureza são inconstitucionais e podem ser vetados pelo Governo. Por unanimidade os membros da Comissão, aprovaram o parecer do Projeto de Lei apresentado. Dando continuidade o Presidente, apresentou requerimento do Deputado Renato Hinnig, com solicitação de audiência pública, para debater acerca da "Licitação do Transporte Público de Florianópolis e seus efeitos", considerando aspectos relacionados ao PDI do Governo do Estado, que se encontra em aberto, que visa solucionar o problema de mobilidade urbana na grande Florianópolis. Submetido à apreciação os Deputados presentes acolheram pela aprovação. Presidente, então argumentou que não poderia levar a solicitação adiante, sob a forma de audiência pública, tendo em vista que o Transporte Público Municipal é exclusividade do Município administrar e deliberar sobre a questão e, por conseguinte, deveríamos preservar a comissão na ocorrência de um erro, mesmo porque, o PDI do Governo ainda se encontra em aberto. Sugeriu que fosse feita então uma reunião no âmbito da comissão, convidando-se a SC-Parceria como representante do Governo, as empresas CCR e Floripa em Movimento, a Prefeitura Municipal de Florianópolis e demais entidades, empresa e órgão públicos citados no requerimento. Discutida e analisada a questão, o Deputado Hinnig concordou com a sugestão apresentada pelo Presidente, cuja reunião será realizada no dia 01 de Abril de 2014, às 17:00 horas, no Plenarinho desta Casa, cujos convites deverão ser encaminhados de imediato. Nada mais havendo a tratar, para constar eu, Claudio Luiz Sebben, Chefe de Secretaria lavrei a presente ata, que após ser lida e aprovada, será assinada pelo Presidente e posteriormente publicada no Diário Oficial desta Assembléia. Sala das Comissões, onze de março de dois mil e quatorze.

Deputado Reno Caramori

Presidente

*** X X X ***

MEDIDA PROVISÓRIA

MEDIDA PROVISÓRIA Nº 193/14

ESTADO DE SANTA CATARINA

GABINETE DO GOVERNADOR

MENSAGEM Nº 1390

EXCELENTÍSSIMO SENHOR PRESIDENTE, SENHORAS E SENHORES DEPUTADOS DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO

Nos termos do art. 51 da Constituição do Estado, comunico a esse egrégio Poder Legislativo que adotei a Medida Provisória inclusa, ora submetida ao exame e deliberação de Vossas Excelências, acompanhada de exposição de motivos conjunta da Secretaria de Estado da Fazenda, da Secretaria de Estado da Administração e da Secretaria de Estado da Educação, que "Fixa os valores de vencimento dos membros do Magistério Público Estadual e estabelece outras providências".

Florianópolis, 13 de março de 2014.

JOÃO RAIMUNDO COLOMBO

Governador do Estado

Lido no Expediente

Sessão de 18/03/14

ESTADO DE SANTA CATARINA

SECRETARIA DE ESTADO DA FAZENDA

SECRETARIA DE ESTADO DA ADMINISTRAÇÃO

Exposição de Motivos nº 105/2014

Florianópolis, 11 de março de 2014.

Excelentíssimo Senhor Governador:

Submetemos à elevada consideração de Vossa Excelência proposta de Medida Provisória que "*Fixa os valores de vencimento dos membros do Magistério Público Estadual e estabelece outras providências*".

A relevância da matéria, a qual justifica o seu encaminhamento pela presente Medida Provisória, reside no propósito de dar cumprimento ao disposto na Lei Federal nº 11.738, de 16 de julho de 2008, que instituiu o piso salarial profissional nacional para os profissionais do magistério público da educação básica, reajustado em 8,32% (oito inteiros e trinta e dois centésimos por cento), pelo Governo Federal, para o exercício de 2014.

Além disso, pretende estender aos demais membros da carreira do Magistério Público Estadual, não atingidos pela majoração do piso nacional, o percentual de reajuste de 8,5% (oito inteiros e 5 décimos por cento), contemplando, desta forma, a urgência na aprovação da proposta justifica-se em razão da necessidade premente de aplicar imediatamente os efeitos da implementação dos novos níveis salariais, permitindo que os servidores contemplados possam acessar, já neste mês, as vantagens decorrentes da legislação.

Para efeitos da Lei de Responsabilidade Fiscal, cumpre frisar que o impacto econômico decorrente da implementação da proposta está adequado às disponibilidades financeiras do Tesouro do Estado, sendo absorvido pelas dotações orçamentárias do Poder Executivo constantes da Lei Orçamentária Anual e compatível com as disposições da Lei de Diretrizes Orçamentárias e do Plano Plurianual, estimando-se um custo de R\$ 164.462.472,95 para o exercício 2014, R\$ 268.103.295,27 para o exercício 2015 e R\$ 280.570.098,50 para o exercício 2016.

Diante do exposto, recomenda-se a edição da presente medida provisória, na forma do art. 51, *caput*, da Constituição do Estado de Santa Catarina.

Respeitosamente,

ANTONIO MARCOS GAVAZZONI

Secretário de Estado da Fazenda

DERLY MASSAUD DA ANUNCIACÃO

Secretário de Estado da Administração

EDUARDO DESCHAMPS

Secretário de Estado da Educação

MEDIDA PROVISÓRIA Nº 193, DE 13 DE MARÇO DE 2014

Fixa os valores de vencimento dos membros do Magistério Público Estadual e estabelece outras providências.

O GOVERNADOR DO ESTADO DE SANTA CATARINA, no uso da atribuição que lhe confere o art. 51 da Constituição do Estado, adota a seguinte Medida Provisória, com força de lei:

Art. 1º Ficam fixados, nos termos dos Anexos desta Medida Provisória, nos respectivos níveis e referências, os valores de vencimento para os cargos de carreira integrantes do Quadro de Pessoal do Magistério Público Estadual com regime de 40 (quarenta) horas semanais.

Parágrafo único. O vencimento do professor com regime de 30 (trinta), 20 (vinte) e 10 (dez) horas semanais de trabalho fica fixado, respectivamente, em 75% (setenta e cinco por cento), 50% (cinquenta por cento) e 25% (vinte e cinco por cento) dos valores constantes dos Anexos desta Medida Provisória.

Art. 2º O pagamento dos valores constantes dos Anexos desta Medida Provisória observará o seguinte cronograma:

I - quanto ao Anexo I: a contar de 1º de janeiro de 2014;

II - quanto ao Anexo II: a contar de 1º de julho de 2014; e

III - quanto ao Anexo III: a contar de 1º de setembro de 2014.

Art. 3º Os valores fixados nesta Medida Provisória absorvem eventuais reajustes concedidos em cumprimento ao disposto no art. 1º da Lei nº 15.695, de 21 de dezembro de 2011.

Art. 4º Aplicam-se as disposições desta Medida Provisória aos inativos e aos pensionistas respectivos com direito à paridade em seus benefícios, nos termos da Constituição da República.

Art. 5º As despesas decorrentes da execução desta Medida Provisória correrão à conta das dotações próprias do Orçamento Geral do Estado.

Art. 6º Esta Medida Provisória entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos a contar de 1º de janeiro de 2014.

Florianópolis, 13 de março de 2014.

JOÃO RAIMUNDO COLOMBO

Governador do Estado

ANEXO I

NÍVEIS	REFERÊNCIAS						
	A	B	C	D	E	F	G
1	1.697,37	1.697,37	1.697,37	1.697,37	1.697,37	1.697,37	1.697,37
2	1.697,37	1.697,37	1.697,37	1.697,37	1.697,37	1.697,37	1.697,37
3	1.697,37	1.697,37	1.697,37	1.697,37	1.697,37	1.697,37	1.697,37
4	1.697,37	1.697,37	1.697,37	1.697,37	1.697,37	1.697,37	1.697,37
5	1.697,37	1.697,37	1.697,37	1.697,37	1.697,37	1.697,37	1.697,37
6	1.697,37	1.697,37	1.697,37	1.697,37	1.697,37	1.697,37	1.697,37
7	1.706,08	1.750,46	1.795,99	1.842,72	1.890,67	1.939,86	1.990,36
8	1.803,04	1.849,90	1.897,97	1.947,32	1.997,93	2.049,86	2.086,83
9	1.906,55	1.956,04	2.006,82	2.058,91	2.112,37	2.150,90	2.206,73
10	2.064,85	2.118,47	2.173,48	2.229,93	2.287,84	2.347,27	2.408,24
11	2.295,37	2.355,07	2.416,35	2.479,22	2.543,72	2.609,91	2.677,83
12	2.533,36	2.599,35	2.667,07	2.736,56	2.807,88	2.881,03	2.956,11

ANEXO II

NÍVEIS	REFERÊNCIAS						
	A	B	C	D	E	F	G
1	1.697,37	1.697,37	1.697,37	1.697,37	1.697,37	1.697,37	1.697,37
2	1.697,37	1.697,37	1.697,37	1.697,37	1.697,37	1.697,37	1.697,37
3	1.697,37	1.697,37	1.697,37	1.697,37	1.697,37	1.697,37	1.697,37
4	1.697,37	1.697,37	1.697,37	1.697,37	1.697,37	1.697,37	1.697,37
5	1.697,37	1.697,37	1.697,37	1.697,37	1.697,37	1.697,37	1.697,37
6	1.697,37	1.697,37	1.697,37	1.697,37	1.697,37	1.697,37	1.697,37
7	1.739,53	1.784,79	1.831,21	1.878,85	1.927,74	1.977,90	2.029,39
8	1.838,40	1.886,17	1.935,19	1.985,50	2.037,10	2.090,05	2.127,74
9	1.943,93	1.994,39	2.046,17	2.099,28	2.153,78	2.193,08	2.250,00
10	2.105,34	2.160,01	2.216,10	2.273,66	2.332,70	2.393,29	2.455,46
11	2.340,37	2.401,25	2.463,73	2.527,83	2.593,60	2.661,09	2.730,34
12	2.583,04	2.650,32	2.719,37	2.790,22	2.862,94	2.937,53	3.014,07

ANEXO III

NÍVEIS	REFERÊNCIAS						
	A	B	C	D	E	F	G
1	1.697,37	1.697,37	1.697,37	1.697,37	1.697,37	1.697,37	1.697,37
2	1.697,37	1.697,37	1.697,37	1.697,37	1.697,37	1.697,37	1.697,37
3	1.697,37	1.697,37	1.697,37	1.697,37	1.697,37	1.697,37	1.697,37
4	1.697,37	1.697,37	1.697,37	1.697,37	1.697,37	1.697,37	1.697,37
5	1.697,37	1.697,37	1.697,37	1.697,37	1.697,37	1.697,37	1.697,37
6	1.697,37	1.697,37	1.697,37	1.697,37	1.697,37	1.697,37	1.697,37
7	1.814,80	1.862,01	1.910,44	1.960,15	2.011,16	2.063,48	2.117,20
8	1.917,94	1.967,79	2.018,92	2.071,41	2.125,25	2.180,49	2.219,81
9	2.028,04	2.080,69	2.134,70	2.190,12	2.246,98	2.287,97	2.347,35
10	2.196,43	2.253,47	2.311,99	2.372,04	2.433,63	2.496,85	2.561,71
11	2.441,64	2.505,15	2.570,33	2.637,21	2.705,82	2.776,23	2.848,48
12	2.694,80	2.765,00	2.837,03	2.910,95	2.986,81	3.064,63	3.144,49

*** X X X ***

OFÍCIOS

OFÍCIO Nº 014/14

Ofício nº 01/14 Caibi, SC, 13 de março de 2014.
Encaminha documentação para manutenção do título de reconhecimento de utilidade pública da Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais (APAE), de Caibi, referente ao exercício de 2013.

João Henrique Demartini
Presidente

Lido no Expediente
Sessão de 18/03/14

*** X X X ***

OFÍCIO Nº 015/14

Ofício nº 015/14 Balneário Camboriú, 14 de março de 2014.
Encaminha documentação para manutenção do título de reconhecimento de utilidade pública da Associação de Apoio às Famílias de Deficientes Físicos (AFADEFI), de Balneário Camboriú, referente ao exercício de 2013.

Atalavio Vacari
Presidente

Lido no Expediente
Sessão de 18/03/14

*** X X X ***

PORTARIAS

PORTARIA Nº 506, de 19 de março de 2014

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE: nos termos dos arts. 9º e 11 da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985, em conformidade com as Resoluções nºs 001 e 002/2006, e alterações,

NOMEAR LISSANDRA DUWE PASETTO, matrícula nº 3001, para exercer o cargo de provimento em comissão de Secretário Parlamentar, código PL/GAB-85, Atividade Administrativa Interna, do Quadro de Pessoal da Assembleia Legislativa, a contar da data de 10 de março de 2014 (Gab Dep Romildo Titon).

Carlos Alberto de Lima Souza
Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 507, de 19 de março de 2014

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18 da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE: com fundamento no art. 3º, §1º, e art. 38, da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985, e observados os termos do § 4º do Art. 90 da Lei 6.745, de 28/12/1985 e dos arts. 18 e 26 da Resolução 009, de 19 de dezembro de 2013.

DESIGNAR a servidora **NILZETE ALTHOFF BOLAN BORGES**, matrícula nº 1095, do Quadro de Pessoal da Assembleia Legislativa, para exercer, em substituição, a função de Assessoria Técnica Parlamentar, código PL/FC-3, do Grupo de Atividades de Função de Confiança, enquanto durar o impedimento do respectivo titular, VÂNEO NIEHUES, que se encontra em Licença Saúde, por noventa dias, a contar de 26 de fevereiro de 2014 (Gab Dep Sandro Daumiro da Silva).
Carlos Alberto de Lima Souza
Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 508, de 19 de março de 2014

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18 da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE:

LOTAR a servidora **MEIBEL PARMEGGIANI**, matrícula nº 7181, na Comissão de Educação, Cultura e Desporto, a contar de 12 de março de 2014.
Carlos Alberto de Lima Souza
Diretor Geral

*** X X X ***

PROJETOS DE LEI

PROJETO DE LEI Nº 056/14

GABINETE DO GOVERNADOR

MENSAGEM Nº 1392

EXCELENTÍSSIMO SENHOR PRESIDENTE, SENHORAS E SENHORES DEPUTADOS DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO

Nos termos do art. 50 da Constituição do Estado, submeto à elevada deliberação de Vossas Excelências, acompanhado de exposição de motivos da Secretaria de Estado da Fazenda, o projeto de lei que "Altera a Lei nº 15.714, de 2011, que autoriza o Poder Executivo a contratar operação de crédito externo com a Corporação Andina de Fomento (CAF), no montante de US\$ 55.000.000,00 (cinquenta e cinco milhões de dólares), para atender ao Programa de Integração Viária do Planalto Norte do Estado de Santa Catarina (PROVIAS-SC)".

Devido à relevância e premência da matéria, solicito aos nobres senhores Deputados, amparado no art. 53 da Constituição do Estado, regime de urgência na tramitação do presente projeto de lei nessa augusta Casa Legislativa.

Florianópolis, 13 de março de 2014.

JOÃO RAIMUNDO COLOMBO

Governador do Estado

Lido no Expediente

Sessão de 18/03/14

ESTADO DE SANTA CATARINA

SECRETARIA DE ESTADO DA FAZENDA

GABINETE DO SECRETÁRIO

Exposição de Motivos nº 99/2014

Florianópolis, 07 de março de 2014.

Excelentíssimo Senhor

JOÃO RAIMUNDO COLOMBO

Governador do Estado

Florianópolis/SC

Senhor Governador,

Com os meus cumprimentos, venho submeter à apreciação de Vossa Excelência o anexo Projeto de lei que "Altera a Lei nº 15.714, de 21 de dezembro de 2011, que autoriza o Poder Executivo a contratar operação de crédito externo com a Corporação Andina de Fomento - CAF, no montante de US\$ 55.000.000,00 (cinquenta e cinco milhões de dólares), para atender ao Programa de Integração Viária do Planalto Norte do Estado de Santa Catarina - PROVIAS-SC", cuja edição justifica-se pelos motivos expostos a seguir.

A Lei nº 15.714, de 21 de dezembro de 2011, autorizou o Poder Executivo a contratar operação de crédito externo com a Corporação Andina de Fomento - CAF, no montante de US\$ 55.000.000,00 (cinquenta e cinco milhões de dólares), para atender ao Programa de Integração Viária do Planalto Norte do Estado de Santa Catarina - PROVIAS-SC.

Desde então a Secretaria de Estado da Fazenda vem adotando esforços para formalização da contratação, cuja prè-negociação e negociação do contrato ocorreram em reuniões realizadas no período 15/07/2013 a 19/07/2013, na SEAIN/MP, em Brasília/DF, conforme ajuda memória anexa.

No entanto, para que o contrato seja assinado, faz-se necessária autorização da Secretaria do Tesouro Nacional - STN e da Procuradoria Geral da Fazenda Nacional - PGFN, que analisam se o Estado observou o disposto nas Resoluções do Senado Federal - RSF nºs 40 e 43, de 20 e 21 de dezembro de 2001, e na Lei Complementar Federal nº 101/2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal - LRF), bem como o Manual de Instruções de Pleitos - MIP.

Especificamente em relação à Lei que autorizou a operação de crédito em comento (Lei nº 15.714/2011), a STN formulou consulta à PGFN questionando se de fato o art. 3º autoriza o Estado a vincular receitas de sua titularidade à União, sob a forma de contragarantia, que resultou na NOTA PGFN/COF Nº 025/2014 (em anexo).

Na referida nota, a PGFN entende que a Lei nº 15.714/2011 não faz a necessária referência quanto aos dispositivos Constitucionais que autorizam a vinculação de receitas próprias para prestação de garantia e de contragarantia.

Ao continuar, a nota menciona que há um equívoco na Lei nº 15.714/2011, uma vez que "autoriza o banco centralizador das receitas a anuir à sistemática de débito automático das prestações à conta dos recursos vinculados em garantia, como se estivesse concedendo tal garantia ao emprestador e já autorizando o banco a realizar o débito automático em sua conta."

Assim, concluiu a nota pela necessidade de alteração da Lei nº 15.714/2011 para refletir a autorização de contragarantia do Estado à União, cuja sugestão de texto foi proposta pela PGFN.

Neste sentido, considerando o tempo já decorrido na tentativa de aprovação da operação de crédito junto à STN e, também, que a contratação de crédito é vedada nos 180 (cento e oitenta) dias anteriores ao final de mandato (RSF nº 43/2011, art. 15), requer que esta alteração de lei seja tramitada em **caráter de urgência**.

São essas, Senhor Governador, as breves razões que me levam a submeter a Vossa Excelência o projeto de lei, em anexo, à luz dos benefícios que seguramente a medida trará à Administração Pública Estadual.

Respeitosamente,

Antonio Marcos Gavazzoni

Secretário de Estado da Fazenda

PROJETO DE LEI Nº 056.6/2014

Altera a Lei nº 15.714, de 2011, que autoriza o Poder Executivo a contratar operação de crédito externo com a Corporação Andina de Fomento (CAF), no montante de US\$ 55.000.000,00 (cinquenta e cinco milhões de dólares), para atender ao Programa de Integração Viária do Planalto Norte do Estado de Santa Catarina (PROVIAS-SC).

O GOVERNADOR DO ESTADO DE SANTA CATARINA

Faço saber a todos os habitantes deste Estado que a Assembleia Legislativa decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º O art. 3º da Lei nº 15.714, de 21 de dezembro de 2011, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 3º Fica o Poder Executivo autorizado a vincular, como contragarantia à garantia da União, cotas das receitas próprias de que trata o art. 155 e cotas das transferências previstas nos arts. 157 e 159, incisos I, alínea 'a', e II, nos termos do § 4º do art. 167, todos da Constituição da República, bem como outras garantias em direito admitidas." (NR)

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Florianópolis,

JOÃO RAIMUNDO COLOMBO

Governador do Estado

*** X X X ***

PROJETO DE LEI Nº 057.7/14

Modifica o art. 1º da Lei n. 15.695, de 21 de dezembro de 2011, que dispõe sobre a data-base para fins de revisão geral anual da remuneração e subsídio dos servidores públicos civis e militares estaduais, ativos, inativos e pensionistas do Poder Executivo e estabelece outras providências.

Art. 1º O artigo 1º da lei nº 15.695, de 21 de dezembro de 2011 passa a ter a seguinte redação:

"Art. 1º Fica fixado em 1º de maio, de cada ano a data-base para fins de revisão geral anual da remuneração e subsídio dos servidores públicos civis e militares estaduais, ativos, inativos e pensionistas da Administração Pública Estadual Direta, Autárquica e Fundacional, nos termos do disposto no art. 37, inciso X, da Constituição Federal.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em

Deputado Neodi Saretta

Líder Bancada do Partido dos Trabalhadores

Lido no Expediente

Sessão de 18/03/14

JUSTIFICATIVA

O presente projeto de lei tem por finalidade modificar o mês estipulado pelo artigo 1º da Lei 15.695, que elegia janeiro como marco para revisão geral da remuneração e subsídio dos servidores públicos civis e militares estaduais, ativos, inativos e pensionistas da Administração Pública Estadual Direta, Autárquica e fundacional.

Tal data-base se estabelecerá em face da presente proposta no mês de maio, período do ano que seria mais propício para o estabelecimento das negociações entre o poder público e os sindicatos

representantes dos servidores públicos envolvido, já que se vislumbraria melhor o cenário econômico nacional, viabilizando um melhor resultado econômico para ambas as partes envolvidas.

Vale ressaltar que a presente proposta representa o anseio de todo funcionalismo público, sendo fruto de inúmeras reuniões com o setor sindical.

Deputado Neodi Saretta
Líder Bancada do Partido dos Trabalhadores

*** X X X ***

PROJETO DE LEI Nº 058.8/14

Denomina Fioravante Ziliotto o trecho da Rodovia SC-484 que liga o Município de Guatambú à Caxambú do Sul.

Art. 1º Fica denominado Fioravante Ziliotto o trecho da Rodovia SC-484 que liga o Município de Guatambú à Caxambú do Sul.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em
Deputado Gelson Merisio

Lido no Expediente
Sessão de 18/03/14

JUSTIFICATIVA

Submeto à consideração de Vossas Excelências projeto de lei que visa denominar como Fioravante Ziliotto o trecho da Rodovia SC-484 que liga o Município de Guatambú à Caxambú do Sul.

O presente projeto de lei tem o propósito de homenagear o senhor Fioravante Ziliotto, falecido em 18 de agosto de 2011, pessoa estimada por toda a comunidade e que sempre viveu e lutou pelos ideais e pelos objetivos mais nobres e relevantes de sua cidade.

Cidadão e chefe de família exemplar, serviu a sua cidade brilhantemente, com competência e honestidade, deixando seu nome marcado para sempre na memória e no coração dos cidadãos de Caxambú.

Em sua vida Fioravante Ziliotto foi grande participante e incentivador da vida comunitária, deixando um grande legado social, fato este que motiva a viabilização de instrumento legal dando seu nome ao trecho da Rodovia SC-484 que liga o Município de Guatambú à Caxambú do Sul, razão pela qual peço o acolhimento da presente proposição que ora submeto à apreciação e aprovação dos nobres Deputados.

Deputado Gelson Merisio

*** X X X ***

PROJETO DE LEI Nº 059.9/14

Dispõe sobre a proibição do uso de película automotiva nos veículos alugados para transporte de passageiros, no âmbito do Estado de Santa Catarina.

Art. 1º Fica proibida a utilização de qualquer tipo de película automotiva no parabrisa, vidros laterais dianteiros e traseiros e vidro traseiro dos veículos alugados para transporte de passageiros, no âmbito do Estado de Santa Catarina.

§ 1º Para os fins desta Lei, entende-se como veículos alugados para transporte de passageiros:

- I - táxis;
- II - ônibus;
- III - micro-ônibus;
- IV - vans; e
- V - demais veículos automotores alugados para transporte de passageiros.

§ 2º A proibição prevista nesta Lei não se aplica a adesivo perfurado no vidro traseiro para a exploração de propaganda.

Art. 2º Os proprietários dos veículos a que se refere esta Lei terão o prazo de 30 (trinta) dias úteis para adequá-los às suas regras.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões,
Deputado Jean Kuhlmann

Lido no Expediente
Sessão de 18/03/14

JUSTIFICATIVA

Trago à consideração deste Parlamento o presente projeto de lei que tem por escopo proibir o uso de película automotiva em táxis, vans escolares e demais veículos alugados para transporte de passageiros no âmbito do Estado de Santa Catarina.

O crescente número de assaltos a motoristas e passageiros tem assustado passageiros, motoristas e cobradores, que sofrem com a violência e a insegurança. Segundo dados da Polícia Militar, foram registrados este ano 17 casos de roubo a taxistas, somente na Grande Florianópolis.

O projeto ajudará a inibir a ação de marginais que pretendem cometer crimes contra motoristas ou passageiros a bordo dos veículos discriminados, haja vista que a ausência de película permite maior visibilidade ao interior dos veículos.

Por todo o exposto solicito aos nobres Deputados a aprovação do presente projeto.

Deputado Jean Kuhlmann

*** X X X ***

PROJETOS DE LEI COMPLEMENTAR

PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº 004/14

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE SANTA CATARINA
GABINETE DA PRESIDÊNCIA DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA

Ofício n. 338/2014 - GP Florianópolis, 12 de março de 2014.

A Sua Excelência o Senhor
Deputado JOARES PONTICELLI
Presidente da Assembleia Legislativa e.e.
Florianópolis - SC

Assunto: PA n. 501170-2013.1 - Projeto de Lei Complementar

Senhor Presidente,
Encaminho a Vossa Excelência, para apreciação dessa augusta Assembleia Legislativa, Projeto de Lei Complementar que "transforma cargos do Quadro da Magistratura do Poder Judiciário Estadual", aprovado pelo Tribunal Pleno desta Corte, com a respectiva justificativa.

Ressalto que o arquivo contendo o aludido projeto também foi remetido ao endereço eletrônico expediente@alesc.sc.gov.br.

Aproveito o ensejo para apresentar meus protestos de consideração e apreço.

Cordialmente,

Nelson Schaefer Martins
PRESIDENTE

Lido no Expediente
Sessão de 18/03/14

PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR N. 004.0/2014

Transforma cargos do Quadro da Magistratura do Poder Judiciário Estadual.

O GOVERNADOR DO ESTADO DE SANTA CATARINA,

Faço saber a todos os habitantes deste Estado que a Assembleia Legislativa decreta e eu sanciono a seguinte Lei Complementar:

Art. 1º O cargo de Juiz de Direito distribuído na comarca de Santo Amaro da Imperatriz é elevado da entrância inicial para a entrância final.

Parágrafo único. Ao atual ocupante do cargo são garantidas a posição na carreira da magistratura e a permanência em sua atual lotação até futura movimentação funcional.

Art. 2º As despesas decorrentes da aplicação desta Lei Complementar correrão à conta das dotações próprias do orçamento do Poder Judiciário.

Art. 3º Esta Lei Complementar entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos à data da publicação da Resolução TJ n. 2 de 5 de fevereiro de 2014.

Florianópolis, XX de XXXXXXXX de 2014.

JOÃO RAIMUNDO COLOMBO

Governador do Estado

JUSTIFICATIVA

Este projeto de lei complementar prende-se ao fato da constante alteração no perfil das demandas judiciais, seja na quantidade, como também na forma como são atendidas, e, em razão disso, a estrutura deste Poder necessita ser revista periodicamente para completar da melhor forma sua missão.

Ademais, é um anseio dos mandatários políticos, advogados e cidadãos, que se preocupam em atender o serviço judiciário em suas localidades e, por vezes, referem o pleito de elevação de entrância.

Por fim, considerando a edição da Resolução TJ n. 2 de 5 de fevereiro de 2014, que elevou a comarca de Santo Amaro da Imperatriz da entrância inicial para a entrância final, necessária, por consequência, a transformação do cargo de Juiz de Direito.

Como não há promoção virtual nem muitas vagas em aberto em tais entrâncias, não haverá reflexo como nas vezes anteriores, com excesso de movimentações.

CERTIDÃO

Certifico que o TRIBUNAL PLENO, em sessão ordinária hoje realizada, aprovou, por votação unânime, a minuta de Projeto de Lei Complementar que "Transforma cargos do Quadro da Magistratura do Poder Judiciário Estadual" constante da fl. 123 dos autos do Processo n. 501170-2013.1.

Tomaram parte na decisão os Excelentíssimos Senhores: Desembargador Nelson Schaefer Martins - Presidente, Desembargador Gaspar Rubick, Desembargador Trindade dos Santos, Desembargador Newton Trisotto, Desembargador Vanderlei Romer, Desembargador Eládio Torret Rocha, Desembargador José Volpato de Souza, Desembargador Sérgio Roberto Baasch Luz, Desembargador Monteiro Rocha, Desembargador Fernando Carioni, Desembargador Torres Marques, Desembargador Cesar Abreu, Desembargador Ricardo Fontes, Desembargador Salim Schead dos Santos, Desembargadora Maria do Rocio Luz Santa Ritta, Desembargador Cid Goulart, Desembargador Jaime Ramos, Desembargador Alexandre d'Ivanenko, Desembargador Lédio Rosa de

Andrade, Desembargador Moacyr de Moraes Lima Filho, Desembargador Jorge Schaefer Martins, Desembargadora Marli Mosimann Vargas, Desembargador Sérgio Izidoro Heil, Desembargador José Carlos Carstens Köhler, Desembargador João Henrique Blasi, Desembargador Jorge Luiz de Borba, Desembargador Victor Ferreira, Desembargadora Rejane Andersen, Desembargador Joel Figueira Júnior, Desembargador Cláudio Valdyr Helfenstein, Desembargador Rodrigo Cunha, Desembargador Jânio Machado, Desembargadora Soraya Nunes Lins, Desembargador Paulo Roberto Camargo Costa, Desembargador Henry Petry Junior, Desembargador Raulino Jacó Brüning, Desembargador Roberto Lucas Pacheco, Desembargador Jairo Fernandes Gonçalves, Desembargador José Inacio Schaefer, Desembargador João Batista Góes Ulysséa, Desembargador Ronei Danielli, Desembargador Luiz Fernando Boller, Desembargador Getúlio Corrêa, Desembargador Paulo Roberto Sartorato, Desembargador Tulio Pinheiro, Desembargador Carlos Alberto Civinski, Desembargador Ronaldo Moritz Martins da Silva, Desembargador Ricardo Roesler, Desembargador Robson Luz Varella, Desembargador Rodrigo Collaço, Desembargador Sérgio Rizelo e Desembargador Sebastião César Evangelista.

Presidiu a sessão o Excelentíssimo Senhor Desembargador Nelson Schaefer Martins.

Funcionou como Representante do Ministério Público o Excelentíssimo Senhor Procurador-Geral de Justiça Lio Marcos Marin.

Para constar, lavro a presente certidão, do que dou fé.

Florianópolis, cinco de fevereiro de dois mil e quatorze.

Graziela Marostica Callegaro

Secretária

*** X X X ***

PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº 005/14

ESTADO DE SANTA CATARINA

GABINETE DO GOVERNADOR

MENSAGEM Nº 1391

EXCELENTÍSSIMO SENHOR PRESIDENTE, SENHORAS E SENHORES DEPUTADOS DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO

Nos termos do art. 50 da Constituição do Estado, submeto à elevada deliberação de Vossas Excelências, acompanhado de exposição de motivos conjunta da Secretaria de Estado da Fazenda, da Secretaria de Estado da Administração e da Secretaria de Estado da Segurança Pública o projeto de lei complementar que "Altera as Leis nº 6.153, de 1982, e nº 6.218, de 1983, e estabelece outras providências".

Devido à relevância e premência da matéria, solicito aos nobres senhores Deputados, amparado no art. 53 da Constituição do Estado, regime de urgência na tramitação do presente projeto de lei complementar nessa augusta Casa Legislativa.

Florianópolis, 13 de março de 2014.

JOÃO RAIMUNDO COLOMBO

Governador do Estado

Lido no Expediente

Sessão de 18/03/14

ESTADO DE SANTA CATARINA

SECRETARIA DE ESTADO DA FAZENDA

SECRETARIA DE ESTADO DA ADMINISTRAÇÃO

Exposição de Motivos nº 104/2014

Florianópolis, 11 de março de 2014.

Excelentíssimo Senhor Governador:

Submetemos à elevada consideração de Vossa Excelência minuta de projeto de Lei que "Altera dispositivos da Lei nº 6.153, de 21 de setembro de 1982, da Lei nº 6.218, de 10 de fevereiro de 1983 e adota outras providências."

Trata-se de uma iniciativa que busca reconhecer o valor do trabalho de uma importante parcela dos militares estaduais mediante a inclusão de dispositivo que homenageia o princípio da isonomia em relação ao conjunto da legislação que trata das possibilidades de promoção dos policiais militares.

Na sua redação atual, o inciso IV, do art. 2º, e o inciso III, do art. 4º, da Lei 6.153, de 21 de setembro de 1982, condiciona a eventual promoção de Soldados, Cabos e Terceiros Sargentos, da Polícia Militar do Estado de Santa Catarina, à graduação superior, desde que tenham, ao longo do período aquisitivo para tal promoção, um comportamento conceituado como "ótimo". Esse dispositivo legal, tal como está, impede a promoção de muitos praças que a ela fariam jus por tempo de serviço e outros méritos, nos termos do Regulamento Disciplinar, da Polícia Militar, de Santa Catarina, situação que se pretende corrigir com a atual proposição.

De outra banda, o presente projeto visa padronizar a idade-limite para a transferência para a reserva remunerada *ex officio* dos militares estaduais para 60 (sessenta anos), situação que, atualmente, excepciona apenas as praças, consoante dispõe a alínea c do inciso I do art. 109 da Lei nº 6.218, de 10 de fevereiro de 1983.

Para efeitos da Lei de Responsabilidade Fiscal, cumpre frisar que não há impacto econômico decorrente da implementação da proposta, posto que o mesmo já está compreendido no crescimento vegetativo da folha de pagamento.

Diante do exposto, recomenda-se o encaminhamento da proposta à augusta Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina, em regime de urgência, na forma do art. 53 da Constituição do Estado, tendo em vista que a aprovação da proposição legislativa com a maior brevidade possível que as promoções iminentes do quadro funcional sejam efetuadas de acordo com os novos critérios ora previstos.

Respeitosamente,

ANTONIO MARCOS GAVAZZONI

Secretário de Estado da Fazenda

DERLY MASSAUD DA ANUNCIACÃO

Secretário de Estado da Administração

CESAR AUGUSTO GRUBA

Secretário de Estado da Segurança Pública

PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº 005.1/2014

Altera as Leis nº 6.153, de 1982, e nº 6.218, de 1983, e estabelece outras providências.

O GOVERNADOR DO ESTADO DE SANTA CATARINA

Faço saber a todos os habitantes deste Estado que a Assembleia Legislativa decreta e eu sanciono a seguinte Lei Complementar:

Art. 1º O art. 2º da Lei nº 6.153, de 21 de setembro de 1982, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 2º

IV - estejam classificados, no mínimo, no comportamento

bom;

....." (NR)

Art. 2º O art. 4º da Lei nº 6.153, de 1982, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 4º

III - estejam classificados, no mínimo, no comportamento

bom;

....." (NR)

Art. 3º O art. 109 da Lei nº 6.218, de 10 de fevereiro de 1983, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 109.

I -

.....

c) para Praças: 60 anos;

....." (NR)

Art. 4º Esta Lei Complementar entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos a contar de 1º de janeiro de 2014.

Florianópolis,

JOÃO RAIMUNDO COLOMBO

Governador do Estado

*** X X X ***

REDAÇÃO FINAL

REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI Nº 044/2014

Altera a Lei nº 3.746, de 1965, que declara de utilidade pública a Sociedade Beneficente Hospitalar Peritiba, de Peritiba.

A Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina,

DECRETA:

Art. 1º A Lei nº 3.746, de 15 de dezembro de 1965, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Declara de utilidade pública a Associação Beneficente Hospitalar Peritiba, de Peritiba.

Art. 1º Fica declarada de utilidade pública a Associação Beneficente Hospitalar Peritiba, com sede no Município de Peritiba.

Art. 2º À entidade de que trata o art. 1º desta Lei, ficam assegurados todos os direitos e vantagens da legislação vigente.

Art. 3º A entidade deverá encaminhar, anualmente, à Assembleia Legislativa, até 17 de julho do exercício subsequente, para o devido controle, sob pena de revogação da presente Lei, os seguintes documentos:

I - relatório anual de atividades do exercício anterior;

II - atestado de funcionamento atualizado, nos termos da legislação vigente;

III - certidão atualizada do registro da entidade no Cartório de Registro de Pessoas Jurídicas; e

IV - balancete contábil.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação." (NR)

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

SALA DAS COMISSÕES, em Florianópolis, 13 de março de 2014.

Deputado **MARCOS VIEIRA**

Presidente da Comissão de Constituição e Justiça

*** X X X ***